

Jornal da Constituição

Volume
348

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 20 a 26 de julho de 1987 — Nº 8

Salutar abrangência

O primeiro esboço da futura Constituição brasileira já está no plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, desde a semana passada, começaram a ser formalizadas emendas a esse texto, que, como se sabe, é apenas um anteprojeto, resultante do trabalho das subcomissões, das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização.

Pela própria natureza, o texto acabou sendo formado por quase 500 artigos, que, de alguma forma, refletem as expectativas e o desejo de participação de cada um dos constituintes.

Não poderia ser diferente o resultado até aqui alcançado. O importante é que a Constituinte está caminhando na direção certa, rumo à elaboração de uma Carta que institucionalize a ordem jurídica no Brasil e trace com realismo as bases para o exercício de todas as atividades no território pátrio.

O volume previsto de emendas ao anteprojeto remetido ao plenário, de 30 a 40 mil, dá bem a idéia do interesse dos membros da ANC diante da magna tarefa a que se dedicam em Brasília.

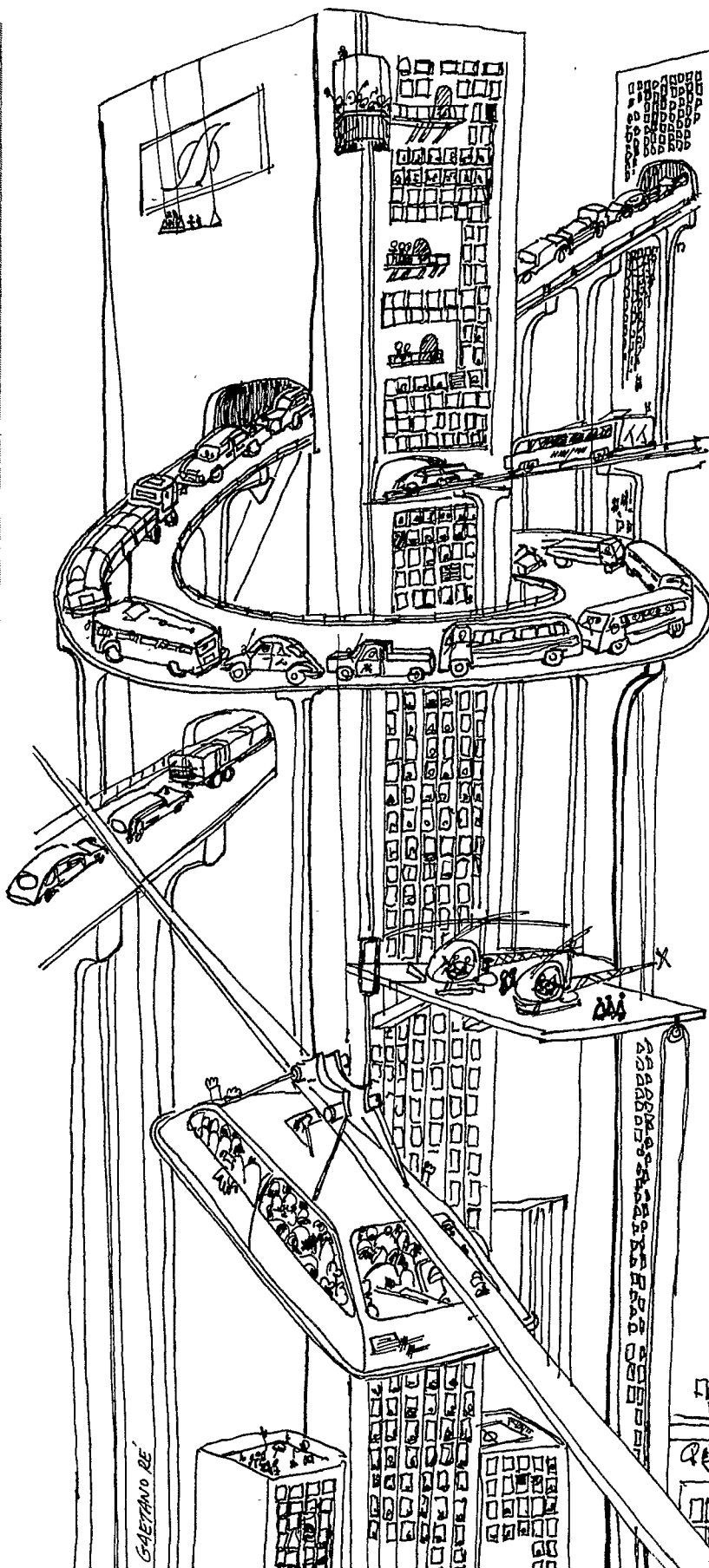
Mas não são apenas os constituintes. Outras previsões indicam que pelo menos 200 emendas populares, subscritas por 30 mil eleitores, são esperadas nas próximas semanas.

Vejo essa participação do povo, por meio de três entidades, como um complemento para o grande desafio colocado diante da Assembléia Nacional Constituinte. Foi a fórmula encontrada para que os trabalhos de redação da Carta pudessem ter essa salutar abrangência, só possível nos regimes democráticos.

Tudo isso nos leva a acreditar, cada vez com mais convicção, que o texto da futura Constituição será, realmente, o esperado pelos brasileiros.

Uma Carta moderna para um país que não pode parar de crescer.

Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional



Plenário, onde todos sintetizam a Nação

Você, leitor, pode não gostar do Brasil de hoje. Certamente, ninguém acha que é um país perfeito, longe disso. Exatamente por esse motivo está sendo redigida uma nova Constituição — Lei Maior que pretende ordenar os rumos do desenvolvimento do país, garantindo a cidadania de cada um. Neste momento, o projeto de Constituição, após tramitar durante 150 dias pelas diferentes comissões, encontra-se em discussão no plenário. Mas, o que é o plenário? No dia 15 de novembro do ano passado, 559 brasileiros, homens e mulheres, foram eleitos para formá-lo. O plenário é o retrato do Brasil de hoje, com toda a sua harmonia e todas as suas enormes contradições. O plenário representa as mais variadas tendências de pensamento da população; o plenário pretende ser — em termos de representatividade — o que temos, hoje, de mais próximo de uma democracia. No plenário, embora continuem existindo partidos, lideranças, todos podem se manifestar — e, sobretudo, todos votam. Toda negociação, todo acordo, daqui para a frente, terá de passar pelo plenário, terá de ser submetido à apreciação de todos. Acima do plenário da Constituinte, não há ninguém: somente o povo que o escolheu. (Páginas 10, 11 e 12.)

Até o final do século, 80 por cento da população viverá nas cidades. Isso é viável? (Páginas 8 e 9)

**Acordo faz
trabalhos
avançar**
(Página 13)

**Há risco em
capitalizar
a dívida?**
(Página 10)

**Acompanhe
a elaboração
da sua Carta**
(Página 7)

**Lideranças
dialogam. Em
mira, o pacto**
(Páginas 3 a 6)

Constituinte pode resgatar dívida social

O substitutivo da Comissão de Sistematização contempla três grandes conquistas sociais que se incorporam ao novo tipo de sociedade, mais justa e equilibrada, que estamos construindo, conquistas essas que desejamos ver aprovadas pela Assembléia Nacional Constituinte: 1ª) a garantia de que os benefícios da aposentadoria jamais serão inferiores ao salário mínimo, devendo reger-se — para todos — pelo valor igual à maior remuneração real dos últimos doze meses; 2ª) o reajuste dos proventos da inatividade na mesma proporção e data das modificações das remunerações dos servidores; e, 3ª) paridade entre os proventos dos aposentados e benefícios dos pensionistas.

Essas medidas têm um alcance social inusitado. Hoje, milhões de trabalhadores sujeitos a salários aviltados vêm-se na miséria precisamente no momento em que, depois de haverem dado sua contribuição produtiva, mais necessitam de segurança social. Seus proventos de aposentadoria, manipulados por toda a sorte de expedientes do Executivo, são ainda menores do que os salários que receberiam em atividade. Em consequência, não raro, os aposentados se vêem na contingência de voltar ao mercado de trabalho para poder sobreviver. E acabam pressionando ainda mais os salários e o desemprego. Pior ainda é a situação dos pensionistas, geralmente viúvas, muitas ainda com filhos menores para criar. Os benefícios que recebem são indignos. A cada surto inflacionário degradam-se, tornando a vida dos dependentes desse sistema uma “via crucis” indescritível.

Felizmente, estamos lutando e conseguindo modificar esse quadro de insegurança e incerteza. Esperamos ver consagrado na nova Constituição o princípio da seguridade social para todos os trabalhadores, de abrangência universal e sem discriminações entre o homem do campo e o da cidade, entre o ativo e o inativo, entre o beneficiário e os dependentes, entre o civil e o militar, entre o trabalhador e o servidor público e entre os servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário. Esperamos impedir, pela norma constitucional, esse verdadeiro abuso que transforma aposentados em mendigos e seus órfãos em desamparados. Afinal estamos conseguindo tratar a questão social como uma questão humana e não como um caso de polícia. Os trabalhadores constituem a espinha dorsal de nossa sociedade e devem ser o centro das preocupações da nova Constituição, garantidos em suas condições de trabalho, amparados no alcance às oportunidades sociais, com direito ao lazer, em igualdade de condições em todas as categorias, em tempo também assegurado pela introdução do regime generalizado de 40 horas semanais de trabalho no novo texto, protegido por um regime avançado de seguridade social, que garanta a sua dignidade, tanto no período ativo quanto no inativo e de todos os seus dependentes. Dessa forma os trabalhadores brasileiros estarão em pé de igualdade com os regimes de trabalho de outros povos de igual desenvolvimento industrial.

Não se trata de nenhum paternalismo estatal, mas o ingresso de nosso país numa nova era de segurança e bem-estar social para todos, numa fiança que assegura e consolida a convivência democrática.

Constituinte Jutahy Magalhães
Primeiro-Secretário do Senado Federal



Carta ao leitor Carta chega ao grande plenário

Uma legislação moderna, em qualquer parte do mundo, deve ter constante preocupação em dar um rumo humanista ao processo urbano nas grandes cidades. O *Jornal da Constituinte* aborda, nesta edição, a questão da Urbanização e a futura Constituição brasileira, pois temos a certeza de que a cidade é um bem coletivo e, principalmente, do futuro. E mais: as cidades são legado que as populações e os administradores recebem de seus antepassados como uma espécie de desafio, pois o bem-estar futuro dos que nelas vivem depende, fundamentalmente, da maneira e do tratamento que recebem no presente.

O *Jornal da Constituinte* trata, também, da importância dos debates que começam a se travar no plenário da Assembléia Nacional Constituinte a partir de agora. É, na realidade, o plenário o grande fórum, o palco iluminado da Assembléia. É no plenário onde as idéias circulam com maior clareza. Tudo aquilo que foi debatido, passado a limpo e repassado nas Subcomissões, nas Comissões e no processo de sistematização, ganhará nova força nos debates e nas intervenções públicas de plenário.

Mas, independentemente do nível das discussões em plenário, o *Jornal da Constituinte* vem desenvolvendo uma política, como órgão oficial da Assembléia Nacional Constituinte, de valorização do processo parlamentar. Fazer política é trocar idéias e é através do choque de idéias divergentes que se vão aparando as arestas, buscando os consensos e evitando os impasses.

Os debates internos que o *Jornal da Constituinte* vêm promovendo entram agora numa nova fase: a do entendimento concreto. O debate que publicamos neste número envolve quatro líderes de partidos — Luís Inácio da Silva, do PT; Carlos Sant'anna, Líder do Governo na Câmara; Haroldo Lima, Líder do PC do B; e Siqueira Campos, Líder do PDC, além do Deputado carioca Artur da Távola e do Senador Marcondes Gadelha. Em cada palavra, em cada afirmação o claro objetivo: buscar e consolidar a prática do diálogo e traçar as primeiras linhas de um roteiro de negociação que esperamos, será posto em prática no debate em plenário.

Constituinte Marcelo Cordeiro
Primeiro-Secretário da Mesa da ANC

A hora é boa para o parlamentarismo

A crise permanente da República, desde 1889, não pode ser atribuída apenas ao sistema presidencialista de governo mas, sem dúvida, este não permitiu a evolução harmoniosa do Brasil, país que progrediu aos saltos bruscos, como nos períodos de Rodrigues Alves, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, oscilando entre as políticas de desenvolvimento rápido e as de austeridade, sempre sob a vigilância tutelar e intervencionista do militarismo, que irrompeu como fenômeno novo depois da Guerra do Paraguai e que, até hoje, não foi exorcizado da vida nacional.

O discurso com que Rui Barbosa, em 1921, ao despedir-se do Senado, reconhecendo que adotara o presidencialismo americano em toda a sua crueza e, com isso, anulava as câmaras legislativas, a tribuna parlamentar, a opinião pública (e a imprensa, por extensão) e a própria nação, ainda hoje é uma peça atual. A autocrítica de Rui Barbosa é válida para o momento.

Periodicamente, a repetição dos erros anteriores e de fórmulas que seriam ridículas se não causassem dano ao país, a longo prazo — a política dos governadores, o esmagamento da Federação, a pleitora dos decretos-leis, as soluções de força (em que esta se aplica ou está implícita), o prolongamento da questão militar, o emperramento da máquina administrativa no poder central e nos Estados, a sobrevivência de oligarquias regionais, o retardamento das reformas estruturais, que são promessas republicanas desde a queda do Gabinete Ouro Preto, ao se apagarem as luzes do Império.

Já se disse que o presidencialismo é a eleição de um rei quase absoluto, por prazo fixo. O problema é que esses reis republicanos, na metade dos seus mandatos, geralmente sofrem a pressão dos seus correligionários e dos áulicos (não esqueçá-los, pois são muito importantes, desde que o Chaleça transformou-se no “alter ego” do primeiro Imperador), para que prolonguem a sua permanência no poder através de soluções especiais que, evidentemente, envolvem a compra de consciência, o domínio das armas e o controle do Tesouro e da área de decisões sobre finanças e economia.

Temos um rei a prazo fixado que, a meio caminho, é convidado a conspirar. Temos a persistência, como a de um vírus, da questão militar. Temos o enfraquecimento do Legislativo e, com ele, da imprensa independente, da opinião pública livre (não manipulada pela chamada mídia), dos sindicatos, dos partidos, das universidades, etc. Para sairmos desse círculo vicioso — vicioso e perigoso — em que as únicas formas de protesto de repercussão possível são os motins, os tumultos, as quarteladas, os golpes, as guerrilhas, o “impeachment” presidencial, temos agora a possibilidade real da adoção do sistema parlamentarista de governo, o mais flexível e civilizado de todos.

Contra ele, alega-se a experiência parlamentar do Império que mereceria mais estudo mas que, de qualquer forma, foi a de um parlamentarismo limitado pelo lápis vermelho do impe-

rador. Existiu tal sistema, com extrema dificuldade, num período de 67 anos, depois da guerra da Independência, numa fase de unificação do país, guerras civis regionais, guerras externas, ameaças estrangeiras, colapso gradual do sistema escravagista e inevitável decadência dinástica. Não foi o parlamentarismo que falhou. Foi a monarquia que se tornou obsoleta, expediente temporário que tinha sido para que um país ainda fraco escapasse às restrições da Santa Aliança.

Alega-se, também, o período de dois anos em que Tancredo Neves foi primeiro-ministro de um parlamentarismo presidencialista ou presidencialismo parlamentarista, para evitar uma guerra civil depois da renúncia de Jânio Quadros. Foi um período de difícil transição, agravado pelo fato de que o primeiro-ministro não acreditava no parlamentarismo. O sistema foi abolido num plebiscito duvidoso na hora em que a conspiração era generalizada e na qual (não podemos, de modo algum, esquecer) as pressões estrangeiras eram permanentes e eficientes. O parlamentarismo, seriamente utilizado, poderia ter salvo o mandato do presidente João Goulart e evitado o movimento político-militar de 1964. De qualquer modo, durante algum tempo, o sistema serviu para impedir um conflito civil — coisa que antes, em 1954, só se obtivera com o suicídio do presidente Getúlio Vargas.

Mas o presidencialismo voltou com incrível força, instituindo um regime militar que duraria mais de duas décadas, cujas sequelas ainda não desapareceram. Hoje, contra o parlamentarismo, se alega que o Brasil não possui (a) um serviço público, um “civil service” ou “enarchie” à francesa eficiente e que (b) os seus partidos políticos não têm a necessária solidez. Ninguém consegue apontar, porém, um país onde a burocracia eficaz e os partidos coesos tenham sido pré-requisitos indispensáveis à implantação do parlamentarismo. Ao contrário, o que se verifica na Inglaterra, na França, na Itália (esse país sempre acusado de caótico, que, este ano, ultrapassou a Grã-Bretanha como potência industrial), na Alemanha e, mais recentemente, na Espanha e em Portugal, é que o parlamentarismo cria as condições para que surjam um serviço público e administrativo de alto nível, partidos resistentes a toda a espécie de intempéries políticas e instituições civis que sejam capazes de legislar e governar sem violações dos direitos humanos, mas com uma grande eficácia no terreno social, particularmente no campo da previdência e no chamado “welfare state”.

No presidencialismo, a queda de um governo é uma tragédia; no parlamentarismo, é uma solução política. Neste momento histórico que vivemos, a adoção do sistema parlamentar de governo, testado pelas experiências anteriores e comparado ao presidencialismo imperial, é o caminho natural para uma democracia ampla.

Constituinte Paes de Andrade
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

EXPEDIENTE

JORNAL DA CONSTITUINTE — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente: — Ulysses Guimarães; 1º-Vice-Presidente — Mauro Benevides; 2º-Vice-Presidente — Jorge Arbage; 1º-Secretário — Marcelo Cordeiro; 2º-Secretário — Mário Maia; 3º-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso Martins de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel Vilela de Magalhães.

Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barne Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves e Felipe Queiroz
Ilustração — Gaetano Ré

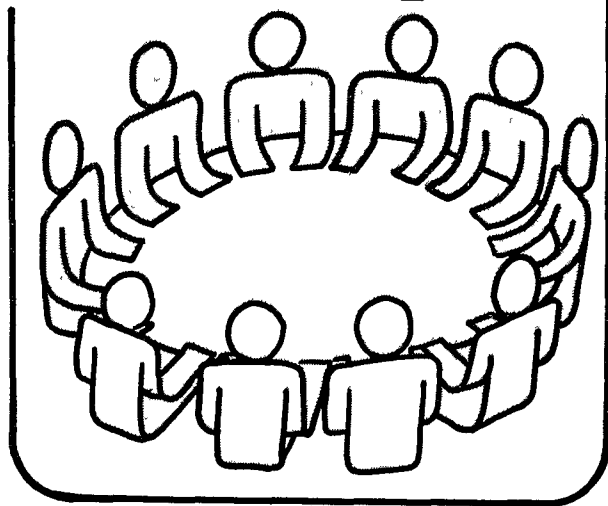
EQUIPE:

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Paulo Domingos
R. Neves, Carmen Vergara, Ana Beatriz Mendes Cleto, Regi-

na Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Júlio César Roffé, Antônio Lopes Batista, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Wolf, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vieira Bomfim, João José de Castro Júnior, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo L. Stavalle, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

REDAÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP
— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569
— Distribuição gratuita



As críticas ao projeto de Constituição já não devem preocupar os constituintes, o que se busca agora são as regras do entendimento, do pacto, para que um texto adequado à realidade nacional venha a aflorar do plenário final.

No encontro promovido pelo **Jornal da Constituinte**, seis parlamentares apontaram algumas alternativas para romper o impasse aparente neste limiar da segunda e decisiva fase de elaboração constitucional.

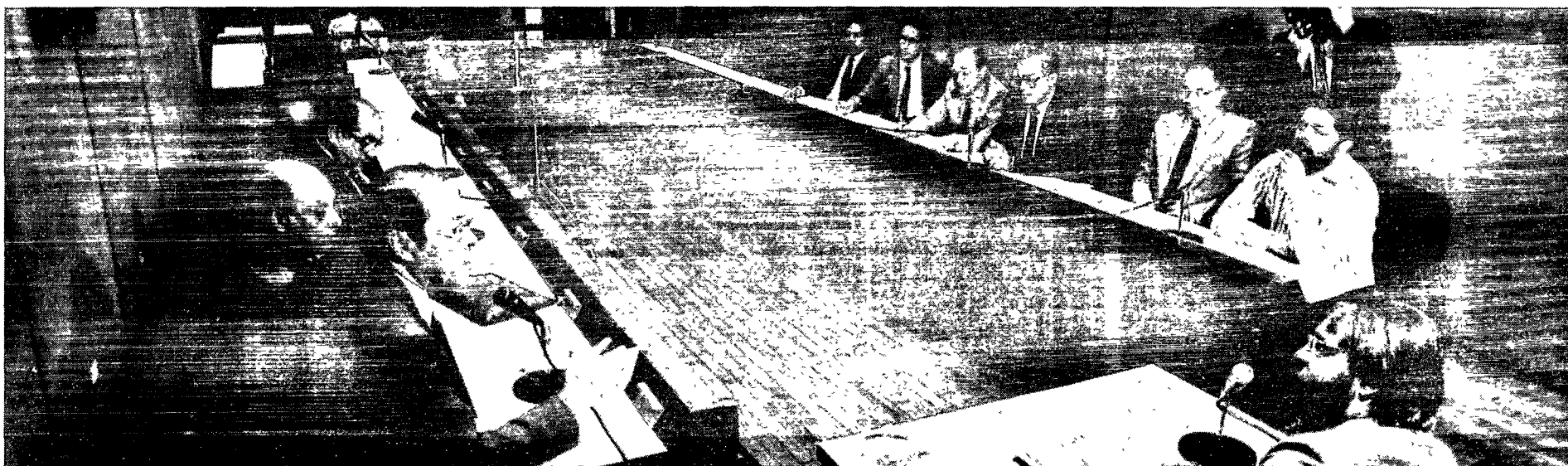
A iniciativa e a coordenação da mesa-redonda foram do primeiro secretário da ANC, Marcelo Cordeiro (PMDB — BA) que reuniu Haroldo Lima (PC do B — BA), Carlos Sant'Anna (PMDB — BA), Luiz Inácio Lula da Silva (PT — SP), Marcondes Gadelha (PFL — PA), Artur da Távola (PMDB — RJ) e Siqueira Campos (PDC — GO).

Em linhas gerais, todos concordaram que o diálogo daqui para frente terá de envolver os partidos políticos, embora matenham clara a concepção de que na decisão final, do voto em plenário, o que pesará são as convicções pessoais de cada constituinte.

Enquanto houve concordância sobre o uso da prerrogativa que tem o relator Bernador Cabral (PMDB — AM) de apresentar um substitutivo após o prazo das emendas que se encerra no dia 13 de agosto, houve polêmica quanto à mudança do Regimento para que se permita substitutivos de constituintes, individualmente, ou de partidos e eventuais blocos, com afinidade ideológica e programática.

Sobre a extensão da nova Constituição, generalizou-se, no debate, a idéia de que o mais importante é que ela seja adequada às aspirações nacionais. Nem tão sintética, que suprima a heterogeneidade, nem tão prolixa, que se torne redundante e denuncie uma "desconfiança" no Poder Legislativo, em sua missão de legislar complementar e ordinariamente.

Bem recebida foi a proposta do constituinte Arthur da Távola de que se constitua um grupo pluripartidário para eliminar do atual projeto toda matéria reconhecidamente não constitucional. Num segundo passo seriam retirados do texto — e destacados — os pontos polêmicos que acabariam sendo decididos no voto em plenário. O que já é consenso receberia agora o texto final.



Generaliza-se a idéia de que este é o momento para sentar e conversar

Substitutivo pode gerar o pacto

Marcelo Cordeiro — Vamos começar esta mesa-redonda ouvindo de cada um uma breve avaliação a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Nacional Constituinte até hoje, cujo desaguadouro é o anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização, que será objeto de debate no plenário nesses próximos trinta dias e também de emendas por parte dos constituintes e da população brasileira, que, neste momento, tem oportunidade de apresentar emendas ao projeto de Constituição de iniciativa popular. Essa fase inaugura um período novo.

Vamos iniciar essa intervenção pela minha esquerda com o líder do Governo, constituinte Carlos Sant'Anna. Somos seis no debate, e meu papel aqui é suscitar os problemas e estimular os debates.

Carlos Sant'Anna — A Constituição que devemos elaborar deve refletir o pensamento médio da sociedade brasileira. Deve refletir o poder constituinte originário já que somos delegados desse poder. O que vale dizer que a Constituição não pode, na Constituinte, transformar-se nem traduzir o pensamento de uma corrente majoritária, pois esta impõe suas idéias e decisões e, com isso, apaga o pensamento e as reivindicações das correntes minoritárias

que, nessa hipótese absurda, deixariam de figurar na Constituição. Com a preocupação inicial de que não fosse assim, funcionou na própria Constituinte uma subcomissão de minorias, para que essa parcela do povo brasileiro ainda que até nem representadas na Constituinte, como por exemplo, os índios, pudessem ter seus direitos perfeitamente estabelecidos na própria Constituição.

Ora, grande parte das dificuldades que estamos atravessando surge da metodologia, que, aparentemente muito interessante, trouxe problemas. Nas subcomissões, os relatores designados para essa fase não reproduziram os resultados de toda a discussão que ali nasceu. E se essa proposta representa apenas uma ala de pensamento, às vezes minoritária, a majoritária fica com dificuldade enorme, pois não pode mudar o todo, uma vez que os substitutivos não podem ser aceitos, de acordo com regra regimental. Então, tem que ir mudando por emendas, pedaços, e, quando se aprova, fica, mesmo nas subcomissões, um conjunto dispar, estranho, diferente. Uma grande responsabilidade sempre fica quando há um confronto total entre, por exemplo, uma possível maioria e o parecer que se apresenta e aquela derruba o parecer, pois aí fica um vazio;



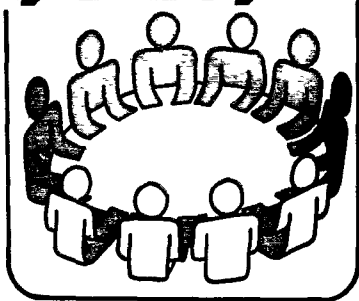
O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, diz que a nova Constituição não pode traduzir só o pensamento da maioria, mas também as aspirações das minorias

não resta nada. Quando as comissões temáticas vieram, era de se imaginar que nestas, englobando três subcomissões, seus relatores fossem respeitar, pelo menos na essência, o que viesse das subcomissões. Mas não, e não foi resultante de discussão. Na verdade, a grande maioria dos relatores das comissões temáticas simplesmente resolveu dar as suas posições pessoais, as suas convicções, que vinham do seu pensamento anterior, e fizeram relatórios. Ora, esses relatórios foram um entrechoque das opiniões, e daí resultou o trabalho que temos aqui.

Luiz Inácio da Silva — Estou convencido de que o projeto do Bernardo Cabral demonstrou para nós que é preciso um pouco mais de maturidade na elaboração da nova Constituição; ele demonstrou uma coisa que considero fundamental: nenhum segmento social conseguirá, na marra, impor aquilo que ele entenda que seja correto na Constituinte. Ou se estabelece um político de conversação, e é preciso que se descubra os interlocutores para elaborar uma Constituição moderna, avançada do ponto de vista das conquistas sociais. É preciso que haja um avanço substancial para que diminuamos a miserabilidade existente neste país. Então, penso que, na medida em que setores

do próprio governo tentaram ter ingerências — basta ver as declarações do ministro do Exército com relação à questão da estabilidade no emprego, a questão das 40 horas — para isto ter ressonância em alguns constituintes, para passarem a fugitar e, porque não dizer, até zombar do projeto do Bernardo Cabral, através dos meios de comunicação. Isso leva a um descrédito total e absoluto do que se está fazendo aqui. Posso discordar de inúmeros pensamentos aqui nesta Constituinte, mas uma coisa tenho que reconhecer: há companheiros que trabalham 24 horas por dia, durante 30 dias; há companheiros que participaram de 14 subcomissões no mesmo dia; há companheiros que vararam a noite fazendo seus projetos. Eu poderia até não concordar, mas houve um trabalho insano para tentar se chegar onde se chegou.

É muito fácil algumas pessoas estarem de fora zombando do projeto, dizendo que não se fez nada até agora. Acho que se fez, e se fez exatamente aquilo que tivemos capacidade de fazer até agora, e foi importante acontecer o que aconteceu, mesmo que o projeto não espelhe a realidade brasileira nesse instante. Duro será se o projeto final não espelhar aquilo que a sociedade brasileira espera hoje. Não faremos uma Constituição



que seja sólida, se não retratarmos aquilo que é o pensamento da sociedade brasileira. Se um determinado segmento social, ou seja por poder do governo, ou seja por algum poder — como se fala — oculto, tentar elaborar uma Constituição que não retrata aquilo que é aspiração da sociedade, o que acontecerá? Dentro de seis meses, teremos uma Constituição falida, à qual o povo se encarregará de desobedecer, porque ninguém é obrigado a obedecer aquilo que é legal, mas não é justo, aquilo que é legal, mas não é legítimo, porque não retrata o pensamento. Embora todos nós aqui tenhamos críticas a fazer ao projeto — e o próprio Bernardo Cabral é o seu maior crítico — é uma referência, um ponto de partida para sabermos onde não devemos incorrer nos mesmos erros.

Artur da Távola — Uma Constituinte, por definição, é um local fomentador de crises, principalmente no caso brasileiro, quando a Constituinte se faz não pela ruptura de uma ordem anterior, por um corte radical na sistemática jurídica do país, mas quando ela se organiza dentro de uma ordem preexistente que está revogada teoricamente, que não foi substituída na prática. Portanto, uma Constituinte que vem no bojo de um acordo político cria uma nova ordem jurídica dentro de uma estrutura jurídica existente que, como tal, reage. A Constituinte é, inevitavelmente, fonte de crises nessas circunstâncias, porque ela é fonte de poder, é poder originário. Como já foi muito bem acentuado, ela não é uma instituição que age de modo intrajurídico, ou seja, dentro das leis; ela é um momento extrajurídico do país, porque a partir das suas conclusões é que a juridicidade se estabelecerá no país. É muito difícil, portanto, para o país, admitir um poder superior, extrajurídico, um poder inaugural, um poder originário. Então, a Constituinte funcionando, pelo simples fato que ela funcione, altera alguma forma de "status quo", ela é fator de crise, ela insere alterações do "status quo". Essa crise existiu neste primeiro tempo, e acredito que esta primeira etapa da Constituição tenha sido percorrida debaixo das seguintes dificuldades:

Primeiro, a dificuldade decorrente de uma crise de conjuntura. Desde que os constituintes aqui estão há praticamente uma crise de conjuntura por semana, e é evidente que uma Casa política recebe os influxos das crises de conjuntura, e é evidente também que uma Casa política fica gravemente dividida na disjuntiva de atender às solicitações da conjuntura, do momento, do desafio, da crise e, ao mesmo tempo, à planificação, à prospecção, à visão de um país que se quer organizar para o futuro, para daqui a muitos anos.

A segunda crise, em função do próprio fato de que a Constituinte é geradora de crise, decorreu de uma interferência abusiva do Poder Executivo, particularmente do presidente da República, dentro dos trabalhos constituintes. É a crise mais surpreendente, porque o presidente da República é homem de alto nível e com condições de visão histórica. No entanto, talvez a momentânea impopularidade, a solidão, as dificuldades com o próprio partido, o PMDB — outro fator de crise —, levaram o presidente a uma interferência realmente inesperada e abusiva dentro da Constituinte, não propriamente para propor à Assembléia como árbitro, como supremo mandatário, um caminho, porém, para tratar do seu mandato, o que, realmente, deixou perplexos setores do partido com todo o empenho de apoiá-lo — como, por exemplo, no meu caso —, mas que passaram a encontrar dificuldades em apoiar uma interferência dessa ordem, indevida, de quem não tem mandato para tal, porque o mandato constituinte é um mandato específico, dado nas urnas, com poderes soberanos. O único momento soberano da República é o momento constituinte, nenhum outro momento republica-

Poder Legislativo. A desmoralização da atividade da representação é o primeiro passo de qualquer tentativa golpista em qualquer modelo do mundo e, para isso contribuem as posições extremas. De forma que a tentativa de desmoralização, provinda esta de setores da direita, com a colaboração até de alguns setores da esquerda que não acreditam na atividade de representação — preferem a participação direta na sociedade e têm idéia de que a atividade da representação é um mero modelo burguês que merece ser afastado, porque a participação é a forma efetiva de mobilização das massas. E, finalmente, também como fator da crise, a crise no PMDB. O PMDB não se preparou para ser um partido hegemônico, nem esperava sê-lo. De repente, ele se preparou para ser um partido majoritário e acordou hegemônico, sem as condições internas de coesão para tal e fragmentado por correntes de dúvidas e dificuldades. O PMDB era a primeira oportunidade histórica de se ter, no Brasil, um partido ao mesmo tempo progressista, liberal e popular. Normalmente, os partidos populares ficam com as vanguardas; normalmente, a posição progressista fica com as vanguardas, e, normalmente, a posição liberal fica com os conservadores. Era a primeira oportunidade de se ter uma junção ao mesmo tempo popular, liberal e progressista. Portanto, este seria (ou é) o partido que a direita não quer ver no poder, porque ele realiza uma tarefa de metabolismo social capaz de efetuar, na prática, este pacto de avanço da sociedade brasileira. O que a Constituinte fez, portanto, foi viver seis meses de crise — a meu juízo o projeto superou estas crises, estamos numa fase muito preliminar, ainda, da elaboração constitucional. Penso como os demais, também, que a Constituição não pode ser a vitória de um segmento sobre outro, como disse muito bem o líder Carlos Sant'Anna. Ela tem que ser o encontro do ponto comum de avanço das forças que estão pactuando.

Haroldo Lima — As críticas ao projeto vêm dos lados mais conservadores, dos lados mais progressistas. A esquerda e a direita se unem para criticar o projeto. Na verdade, essas críticas aparecem como sendo formais, fala-se muito de que o projeto está um monstro, está desconexo, está um "frankstein" e, por conseguinte, que seria inviável a sua aplicação. Isso esconde as questões de fundo que essas críticas representam. A crise e a tentativa de desmoralizar a Constituinte, como disse o constituinte Luiz Inácio, e, inclusive, de zombar do projeto refletem uma angústia e uma dificuldade que certos setores estão tendo de encaminhar suas idéias dentro do processo regimental existente. Se olharmos direito, acho que por trás dessa idéia de que a Constituinte está desorganizada, ou melhor, essa idéia não tem nenhuma validade maior. Todos sabem que o projeto não está elaborado, está em elaboração. Os setores mais conservadores, os diria, mais de direita, estão ganhando no trabalho da Constituinte e ganharam num capítulo básico, o da Ordem Econômica, que representa hoje esse posicionamento que está fluindo dos setores do poder central, que é de abertura, a mais ampla e a mais indiscri-

minada ao capital estrangeiro; representa a impossibilidade de se realizar, no Brasil, uma reforma agrária, o que significa que consolida a aliança que hoje também está em curso por esses setores com o latifúndio; representa uma dificuldade e quase que uma condenação das representações minoritárias tipo partidos como o meu, o Partido Comunista do Brasil, partidos como o do Lula — o PT, o PDT, tudo isso através do voto distrital terá sua representação parlamentar sacrificada. É essa a experiência mundial a respeito desse assunto. O voto distrital sempre foi uma arma dos conservadores para acabar com os progressistas, inclusive os progressistas dos grandes partidos. Finalmente, o papel das Forças Armadas foi reposto da forma pela qual ele sempre foi defendido pelos setores mais ligados à doutrina militarista brasileira. Na questão dos direitos do homem e da mulher, das minorias, dos trabalhadores e mesmo algumas questões ligadas à educação, saúde e soberania, os setores mais progressistas, algumas posições mais avançadas tiveram aí vitórias significativas. Penso que são vitórias também parciais, localizadas, não ainda consolidadas e que, num contexto mais geral, podem ser extremamente di-

que é a questão do sistema de poder político, resgatando os demais aspectos econômicos etc., fazendo acordos em alguns outros, mas defendendo essa problemática. Penso que quando o Presidente Sarney foi à televisão comunicar — segundo a expressão que ele usou — que o seu mandato seria de cinco anos, também ele com muita acuidade, comunicou que o seu ponto de vista era de que o sistema de governo deveria ser o presidencialista. Na verdade, o Presidente não falou ali por si só, ele expressou o ponto de vista das classes dominantes brasileiras de setores que agora aparecem, na Constituinte, vitoriosas, e expressou o ponto de vista também das facções que manobram o poder político brasileiro há muito tempo. O presidencialismo brasileiro foi copiado do presidencialismo americano e aqui nunca deu certo, aqui sempre foi o instrumento principal de autoritarismo, da corrupção, do militarismo, da entrega do país ao capital estrangeiro. Desencadeou-se então no país esse processo que é originário dos setores mais conservadores, que é de desmoralizar o trabalho constituinte como um conjunto. Daí eu achar que do ponto de vista do que seriam aqueles mais interessados em efetivamente defender os interesses do povo brasileiro, a primeira questão que está posta é a necessidade de defendermos o labor constituinte. O trabalho constituinte feito até agora não pode ser anulado, não pode ser ultrapassado, ele tem que ser ponto de partida. Imagino que agora vamos enfrentar um outro problema, que é o problema do mandato do Presidente. O mandato do Presidente não é uma coisa à parte disso. Acho que está intimamente ligado à questão do sistema de governo e à questão dos interesses do poder atual de manter-se no governo até a pretensão dos seus cinco anos. Ocorre que o modelo econômico que hoje se pretende montar no Brasil, é basicamente diferente do modelo econômico que a Nova República, nas suas origens, tentou implantar. Aquele modelo foi derrotado e hoje o governo expressa uma pretensão de montar um outro modelo. Os tópicos básicos eram de um tipo de desenvolvimento que guardava certa independência frente ao capital estrangeiro, que pretendia realizar uma certa reforma agrária, que pretendia consolidar um certo acordo com os setores assalariados urbanos a partir de uma revitalização do poder aquisitivo do povo e garantir certas liberdades políticas amplas. Eram esses os quatro fatores básicos do que entendi ser aquele impulso inicial em que surgiu a Nova República. Pretende-se hoje implantar um desenvolvimento patrocinado pelo capital estrangeiro; pretende-se suspender a reforma agrária; acabar com essa história de revitalizar o poder aquisitivo do povo e, por isso, romper a pretensão de um acordo mais sério com os trabalhadores brasileiros; e, finalmente, acabar também essa defesa da liberdade política, vide e ressurreição da Lei de Segurança Nacional.

Siqueira Campos — O Partido Democrata Cristão esteve reunido com a sua Bancada e, analisando todas essas críticas aos trabalhos da Constituinte, chegou-se à conclusão de que elas não nos incomodam e não nos preocupam, porque democracia é uma coisa muito difí-



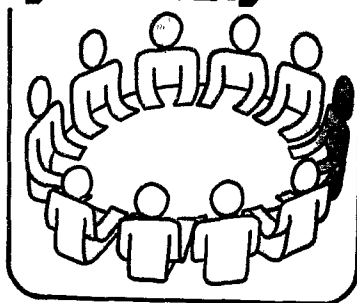
Luiz Inácio Lula da Silva, Líder do PT, quer que a Constituição consagre o maior volume possível de benefícios para os trabalhadores. E diz que vai brigar por isso.

no possui os poderes soberanos. Essa interferência foi e vem sendo fator de crise. A Assembléia Nacional Constituinte está dividida entre a discussão menor sobre se são quatro ou cinco anos de mandato para o presidente Sarney, não se discute sequer o mandato da figura do presidente. Esse momento de perturbação do presidente da República foi fator de grande crise nesse período. Somaria a esses dois fatores já citados a tentativa de desmoralização da Assembléia, a meu juízo concertada pelas forças que se acham ameaçadas pelo simples funcionamento de algo que alterará alguma forma de "status quo", como vimos antes. Essa campanha é sistemática, visa diluir o esforço aqui representado e tem como finalidade ulterior a desmoralização do



Siqueira Campos, Líder do PDC na Câmara, é a favor de um substitutivo total ou parcial, porque entende que não deve haver limitações ao trabalho da Constituinte

minuídas. Diria que o resultado atual é que a direita está ganhando no grosso e perdendo no varejo, no atual processo constituinte. Ao lado desses problemas que representaram vitórias de um setor, de outro setor traz à tona uma questão que diz respeito aos problemas do poder político brasileiro ou da forma das classes dominantes exercerem o seu poder político, que é a questão do sistema de governo. No processo, terminou prevalecendo o sistema parlamentarista de governo. E, por esta razão de fundo, a mim parece que se explica essa atitude geral de desmoralizar o projeto como conjunto para tentar estabelecer uma situação caótica, que exigiria ou que permitiria o surgimento de uma proposta inteiramente nova, que retificaria esse aspecto central,



cil de administrar, mas é necessário que aprendamos administrá-la, aprendamos a receber essas críticas e até desejos de interferências, como por exemplo a do presidente da República. Acho que nós, constituintes, diante dessas pretensas interferências do Presidente José Sarney ou do ministro do Exército, da CUT, da UDR, do trabalhador mais humilde ou do grande proprietário, devemos proceder do mesmo jeito, receber essas críticas, solicitações, pressões, e atender aquelas que forem justas e calarmos diante daquelas que acharmos injustas e levar nosso trabalho adiante, cumprindo esses compromissos feitos em praça pública, para chegarmos a uma Constituição que reflita, efetivamente, o pensamento médio da Nação. Vejam como as críticas são injustas — e devemos dizer isso com serenidade e até com fidelidade. Temos que tratar o nosso interlocutor com todo o respeito que nos merece, seja ele poderoso, humilde, seja quem for. Temos dezenas de milhares de emendas, a maior parte das quais de entidades representativas dos mais diversos segmentos sociais: de sindicatos, associações de bairros, câmaras de vereadores, assembleias legislativas, etc. As subcomissões reunidas estudaram no tempo determinado pelo Regimento e elaboraram seus anteprojetos, que chegaram somados as 24 subcomissões, a praticamente três mil artigos — dispositivos muito mais — porque tem os parágrafos, incisos, as letras. Nas comissões temáticas, reunidas para apreciar os anteprojetos das subcomissões, chegaram a 603 artigos — vejam que tem diferença. Estamos fazendo um trabalho, pegamos sugestões, porpostas da sociedade, quer seja através dos constituintes ou das entidades representativas dos diversos segmentos. A Comissão de Sistematização, fazendo o seu trabalho saneador, modificador, de compatibilização, no primeiro anteprojeto chegou a 553 artigos; no segundo, a 501. No projeto de Constituição que a comissão elaborou, sob a coordenação do nobre relator Bernardo Cabral, enviamos ao plenário um projeto de constituição com 496 artigos. Vejam que as coisas estão indo muito bem, porque estamos vindo da vertente, da água límpida da nascente. Não estamos pegando a água conturbada do meio do córrego. Estamos vindo do povo, quer seja através dos constituintes ou das entidades representativas. Quanto ao projeto, diga-se que ele não tem, na realidade, uma linha filosófica. A direita ganhou? A esquerda ganhou? Ganhou. Quer dizer, os conservadores e os revolucionários ganharam. O centro ganhou? Ganhou. É preciso que a Nação como um todo ganhe, que ninguém venha preponderar sobre ninguém. Precisamos, tanto quanto possível, consignar nessa Carta

os desejos, as vontades, as aspirações do povo, e que ela reflita a realidade brasileira.

Marcondes Gadelha — O documento que saiu da Comissão de Sistematização representa uma tomada ampla do sentimento nacional. É uma forma de flagrar as aspirações do povo brasileiro nesse dado momento. E tem importância, tem a sua utilidade, pelo menos como elemento de remissão ou como ponto de referência. Evidente que esse esforço expendido até aqui tem a sua validade, que não pode, em nenhum momento, ser contestado. Devo dizer que não gosto nem do texto nem do método que o produziu. E digo que uma coisa é fruto da outra. Em teoria do conhecimento, o método faz o objeto. E o método que se empregou na elaboração constitucional foi um espontaneísmo muito grande na origem, seguida de uma rigidez quase ditatorial no acompanhamento, ou seja, as matérias eram coletadas, em estado bruto, da vontade da sociedade, e, depois, não podiam mais receber qualquer tratamento. O que seguia das subcomissões até a etapa da Comissão de Sistematização não podia mais ser corrigido, era um caminho, "one way", sem que, daí, pudesse resultar evi-



Marcelo Cordeiro: Um jornal institucional tem por objetivo permitir que todas as idéias circulem e se encontrem, sem ficar num casulo. Essa também é a concepção dessa mesa redonda.

dentemente um texto coerente. Creio que se tivéssemos adotado outra metodologia na origem, talvez não estivéssemos na incerteza, se esse texto da Comissão de Sistematização é para valer ou não; se ele é um texto apenas para apreciação, ou se ele vai induzir a consolidação do pacto social definitivo, que está por trás de cada texto constitucional. Houve esse erro de método, que levou a esse texto confuso, do qual todos reclamam neste momento. Creio que um outro fato é que não foi estabelecida na metodologia sequer a extensão da Carta Constitucional. Acho esse um ponto extremamente importante. Inclusive, tive oportunidade de apresentar, perante a Comissão de Sistematização, projeto de indicação, dizendo que a Constituição não poderia ter mais de

200 artigos. Uma Carta muito longa é uma forma muito mais de esconder do que de mostrar os direitos dos cidadãos que estão nela esculpidos. Um texto muito longo, com 500 artigos, revela basicamente o quê? Uma desconfiança inata no povo brasileiro, na sua capacidade de se gerir, daqui por diante, pela legislação ordinária e pelos julgados da Suprema Corte. É uma desconfiança de quem acha que esse vai ser eternamente o país onde se tem lei que pega e lei que não pega. Não se deixa ao Congresso Nacional a capacidade de legislar sobre fatos que são de matéria de legislação ordinária e também de portaria, de regulamento, como encontramos disseminados ao longo de toda essa Constituição. Revela uma desconfiança prévia na capacidade desse Congresso Nacional e na capacidade de mutação da própria sociedade brasileira. Estamos esquecidos de que não vamos ser governados pela Constituição. A Constituição é apenas a ata de um acordo entre partes neste presente momento. Mas é um texto para durar. Vamos ser governados pela legislação complementar e pela legislação ordinária, porque essas é que fazem a adaptação da vida do país às grandes vagas de transformação social, sejam decorrentes da própria organização social, sejam decorrentes do progresso da ciência, da tecnologia, do conhecimento etc., mas é a legislação que vai fazer o país se manter à tona e navegar com competência nesse mar revolto, que é o futuro que nos desafia daqui por diante. Não se deixar para a legislação ordinária é um pecado de descrença e desconfiança no povo brasileiro.

Entretanto, devo dizer que mantenho uma confiança muito grande na Assembleia Nacional Constituinte. Acho que o plenário soberanamente fará o enxugamento desse texto, encontraremos meios e modos de darmos aquela Carta elegante, precisa, eficaz e eficiente de que o país necessita.

Gosto muito de uma expressão do presidente Ulysses Guimarães sobre esse texto que está aí: "A larva é feia, mas a borboleta será de uma beleza sem par."

Marcelo Cordeiro — Muito bem, acho que ficou mais ou menos claro aí que o anteprojeto é uma peça inteiramente inacabada, seja na expressão do Lula, em referência, seja na expressão de Sant'Anna, uma compilação ainda indefinida e contraditória. O fato é que estamos diante de uma possibilidade de caminharmos para o texto novo finalizado ou para impasses, porque os problemas estão criados e nisso todos concordam.

O Lula afirmou que agora vamos medir o que cada um pensa. Eu pergunto: "Medir para quê?"

Nessa medição, que expectativa tem cada um dos senhores, o que resultará? Essa medição vai nos levar aos ajustes ou aos aprofundamentos de impasses? Essa medição efetivamente se dará na medida em que o debate plenário se estabeleça. Como interpretaremos isso, na medida em que essa medição se dê, cada um representando suas idéias, conceitos e interesses, para que se imponham?

Luiz Inácio Lula da Silva — Gostaria de entrar em um detalhe o que o constituinte Artur da Távola

tocou, e que acho fundamental.

Quando a gente liga as crises aos problemas da Constituinte, acho que elas não são totalmente verdadeiras. Acho que em parte é verdadeiro, agora, acho que a outra parte a gente deve colocar em função de todo o noticiário da imprensa — que não é de hoje — que leva efetivamente o Poder Legislativo ao descrédito. Há várias pesquisas, até em 1982, que levavam o Poder Legislativo a ser uma das instituições mais desacreditadas pela opinião pública. Algumas coisas que acontecem levam esse fato a se tornar latente na cabeça de cada cidadão brasileiro. Vou apenas enumerar algumas coisas que eu, como brasileiro, não gostaria que surgissem nos meios de comunicação de massa e que, às vezes, extrapolam, exageram mas têm um objetivo: o de exatamente levar ao descrédito. Temos um processo de desmoralização muito mais em função da crise social por que passa o país do que efetivamente pelo resultado da Constituinte até agora. Acho que é preciso termos isso claro na cabeça, senão a gente pensa que o senador José Richa tem razão quando diz que é preciso parar a Constituinte para discutir os problemas econômicos. Penso que podemos discu-



Marcondes Gadelha é a favor de um texto sintético para a nova Constituição. Uma carta muito longa, a seu ver, esconde mais do que mostra os direitos dos cidadãos.

tir os problemas econômicos discutindo a Constituinte. E tenho pedido ao presidente Ulysses Guimarães que convoque as lideranças dos partidos bem como pessoas que possam contribuir para discutir os problemas econômicos, e isso não é feito. Quando eu ia para uma mesa de negociação, no tempo em que eu era presidente do Sindicato, eu levava a pauta perfeita. Eu convocava uma Assembleia e a gente reivindicava tudo aquilo a que tínhamos direito e um pouco mais. Eu era sabedor de que era preciso medir as minhas forças, saber das minhas forças para ver se eu tinha ou não possibilidade de conquistar tudo aquilo que eu queria. Inclusive, partíamos de uma análise de conjuntura para saber efetivamente quais eram as condições que tínhamos

de conseguir aquilo. Na Constituinte é a mesma coisa.

Marcelo Cordeiro — Você acha que essas pautas dos diversos segmentos da sociedade estão incluídas no anteprojeto? É um anteprojeto de pautas?

Luiz Inácio Lula da Silva — Não. Acho que não estão incluídas no anteprojeto. Disse agora há pouco que elas vão ser incluídas na medida em que os deputados comecem a apresentar as suas emendas. Agora é que vai começar a ser incluído, ou seja, agora é que cada um de nós vai dizer claramente o que quer, como quer e por que quer; e aí é que vai existir confronto. Vai haver um limite.

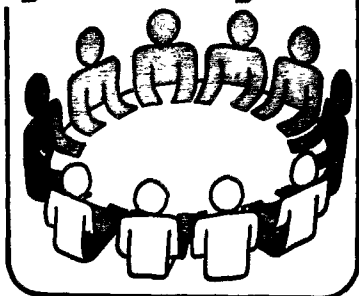
Se quisermos dividir a Constituinte entre direita e esquerda, vai ter um limite; tanto vai ter um limite para a direita como para a esquerda. Qual é esse limite? Vai chegar um determinado momento da Constituinte em que vamos estar os dois blocos, cada um de um lado, tentando ver quem é que tem mais força, quem é que vai puxar mais e vamos chegar à conclusão de que ali a corda pode arrebentar e todos quebrarem a cara. Vamos chegar à conclusão de que é preciso discutir levando-se em consideração que precisamos fazer uma Constituição moderna, levando-se em consideração que a situação social do nosso povo é calamitosa e que a Constituinte precisa apresentar um rumo como saída para esses problemas sociais e econômicos. Vamos ter que encontrar uma forma de, no limite, sabermos o que é possível a gente colocar numa Constituição. Obviamente que vou querer tudo a que tenho direito e um pouco mais.

Vou querer tudo aquilo que a classe trabalhadora tem reivindicado há um século neste país. Haverá um momento, nessa Constituição, em que as forças políticas terão que conversar.

Siqueira Campos — Saúdo com muita alegria essa posição do Líder do PT.

Carlos Sant'Anna — Uma das preocupações que nos levam a acreditar que o que gerou tudo o que está aí e as dificuldades que estamos atravessando é que a conjuntura tomou conta da Constituinte, quando sua função e seu papel era de elaborar algo permanente. O que vemos desfilarem nos pronunciamentos, até agora, tem sido, simplesmente, a conjuntura.

Quando se fala que o presidente da República, que o governo se intrometeu na Constituinte, digo que fez muito pouco e que fez com a maior dignidade. Tenho, pessoalmente, inclusive, procurado evitar qualquer participação maior, mais abusiva, sem a castração do meu direito de Constituinte. É óbvio que o governo terá que interferir na medida em que seja para garantir a sua própria estabilidade e não permitir que a ação constituinte, que não tem essa função, possa representar-lhe um fator de desestabilização. A tal crise a que se referiu o Artur da Távola é muito séria, sobretudo porque o PMDB veio para a Constituinte sem nenhum projeto de Constituinte, com um programa que não foi elaborado em função



de repensar do país, enquanto que partidos menores tinham exatamente estabelecido o que esperavam. Cinco meses e vários dias depois é que o PMDB vai tentar encontrar o seu verdadeiro pensamento em relação a essa Constituinte.

Concordo com quase todos em que o pacto é fundamental. Chame-se-lhe que nome se queira; pacto, acordo, entendimento, consenso, ele é fundamental. Não pode haver Constituição e Constituinte sem pacto. Deveria ter sido pré-elaborado e iríamos fazer na Constituinte, quer dizer, o pacto, digamos, político. Na Constituinte iríamos fazer o reordenamento jurídico e institucional desse pacto político que, adrede tenha sido feito, mas não foi.

Marcelo Cordeiro — E quais as perspectivas para que esse pacto seja montado?

Carlos Sant'Anna — Estamos em uma corrida contra o tempo, e aí concordo com o Líder Lula, com o Haroldo Lima e com todos. Temos 40 dias, de acordo com o Regimento, a não ser que resolvamos que o Regimento não é essa camisa-de-força e o que importa é fazermos uma boa Constituição. Se fizermos esse pacto, tudo bem, o Regimento terá menos importância, mas como o Regimento está aí, temos 40 dias, ao tempo em que os Constituintes, os partidos, as correntes de opinião estão apresentando emendas etc., para conseguirmos nos entender — entendimento, consenso, pacto — para o substitutivo que Bernardo Cabral deverá encampar, por ser o substitutivo que resultará do amplo entendimento. Teremos que, também, no pacto, concordar em que esse Regimento tem que ser modificado, porque não posso entender que se faça uma Constituição tendo que emendá-la artigo por artigo, que não se possa apresentar um substitutivo por todo um título, que não se possa apresentar até um substitutivo inteiro.

Haroldo Lima — Na medida em que se busca a elaboração de uma Constituição, busca-se um pacto com a sociedade. A Constituição é uma Carta de compromisso, todos estão comprometidos, em um determinado instante, com os pontos que ali foram aprovados. Nesse sentido estou de acordo com essa idéia geral de que a Constituição é um acordo. Penso que certos métodos de acordo levam a resultados desastrosos para setores que são prejudicados por aquele método. Imagino que, nesse acordo que estamos buscando fazer, que é a elaboração de uma Constituição, é preciso que o povo brasileiro esteja co-participando do processo, sem o que será prejudicado.

Carlos Sant'Anna — Acho que a participação é fundamental. No momento da negociação, que levará ao pacto, cada qual deverá ter a delegação dessa participação. Por exemplo, expresse-me em relação ao setor saúde, o qual vivo muito de perto. Quando sentamos para negociar o setor saúde, cada um que vem — e vem suprapartidariamente — tem por trás de si uma profunda delegação. Quando há dúvidas, a negociação pára e cada um vai consultar os setores que representa. Falei sobre o clima emocional da Câmara de Deputados; nós no plenário, as galerias com milhares de pessoas, e nesse clima não poderemos chegar a nenhum entendimento, foi isso o que quis dizer.

Haroldo Lima — Não estou defendendo o clima emocional na discussão. Acho que o processo, o método para buscarmos esse entendimento passa por uma discussão mais ampla com o povo, porque se isso não acontecer certos setores populares ficarão completamente comprimidos. De repente entra uma máquina chamada governo federal com força, com o prestígio do presidente da República, com dinheiro, com cargos para participar do acordo. Se então os setores que representam os



Haroldo Lima, Líder do PC do B, diz que o que está em questão é o exercício do poder central. E que a direita está ganhando no atacado, mas perde no varejo.

movimentos populares não buscarem um respaldo para esse tipo de contencioso que está sendo feito, eles ficam simplesmente aniquilados, não têm a possibilidade de expressar seus pontos de vista.

Artur da Távola — Gosto da metodologia adotada pela Assembleia Nacional Constituinte. Tenho a impressão que essa metodologia permitiu que o desgaste da discussão preliminar realmente se esgotasse na primeira etapa dos trabalhos. A forma pela qual o homem e a humanidade se apropriam de conhecimentos é sempre, inevitavelmente, essa. Há um primeiro momento opinativo, é o momento de choque, é o momento puramente de visão de mundo, puramente doutrinário, puramente ideológico. Esse momento é

substituído por um segundo momento reflexivo que se poderia chamar de momento analítico. É o momento em que cada grupo percebe estar diante da dificuldade de obter a plenitude das suas idéias, de que ela é impossível na coletividade. E de que cada individualidade também percebe que a sua visão é, inevitavelmente, parcial por melhor, mais profunda e séria. O momento reflexivo, o momento analítico, ainda é um segundo momento de qualquer apropriação de conhecimento, é um momento importantíssimo, porque é um momento que exerce reflexão sobre o impulso inicial, que é o da opinião pura. Há um terceiro momento, que se poderia chamar um momento sintético. É aquele em que, após a análise, em conjunto, os agrupamentos ou as pessoas sintetizam o conhecimento comum. Esse é o verdadeiro momento lúcido. Por isso, os parlamentares são sábios, pois eles operam com várias lavagens do processo legislativo a fim de que na lavagem final o momento sintético transpareça. Primeiro, retirar do texto radicalmente o que não seja matéria nitidamente constitucional. Uma Comissão Interpartidária poderia levantar essa matéria. Já se teria um grande alívio no mesmo. Segundo, selecionar a matéria polêmica e destacá-la, porque esta é uma matéria que inevitavelmente irá à votação. O deputado Carlos Sant'Anna citou 15; podem ser 17, 18. Terceiro, redigir o que não é mais discutível, o que é consenso. Obter a forma redacional própria. E, finalmente redigir, em separado, as várias propostas do que é discutível, segundo cada unidade partidária e essa, sim, levá-la à votação. Acredito que essa seria uma proposta de ação partidária comum, já não mais na discussão das teses, mas no trabalho puramente pragmático e prático de retirar da Constituinte o que dificulta o funcionamento do que não é discutível. E vamos verificar que seguramente 80% do texto estará resolvido com esse expediente. Em relação aos 20% do texto temos que nos debruçar e temos evidentemente que garantir que a sua votação seja mais ampla possível, a mais discutida possível.

Marcondes Gadelha — É evidente que uma Constituição tem que ser matéria de acordo, a partir da própria etimologia da palavra. Constituir significa instituir conjuntamente, é co-instituir. Então, uma Constituição não pode ser um elemento de divisão da sociedade brasileira entre vencidos e vencedores. De modo que devemos buscar o acordo por todos os meios. Só vejo duas maneiras de se chegar a isso. Uma técnica e outra política. A maneira técnica de se forçar o acordo é alterar o "quorum" para deliberação, elevar para dois terços. Então, inevitavelmente, o acordo sairia com prejuízo da substância constitucional. A outra forma seria a forma política, mais ou menos nos termos expostos pelo Artur da Távola, que também tem a sua parte negativa, porque envolve uma subtração à participação.

Artur da Távola — A minha idéia é que este é um momento de fortalecimento partidário, para que os partidos indicassem as pessoas. Nada de notáveis, mas uma

representação comum partidária. Este é o momento justamente partidário do processo.

Marcondes Gadelha — Estou plenamente de acordo e acho que essa negociação terá que ser feita porque suponho que a outra opção, a opção técnica de elevação de "quorum", não será aceita. Então, a negociação, com todos os percalços e prejuízos, com todas as críticas que possam ser feitas, terá que ser feita de qualquer forma. Inapelavelmente ela será feita por grupos. De qualquer forma, sejam essas representações partidárias formadas por líderes, por presidentes de partido, ou seja pelo que for, os demais integrantes da Constituinte terão perda em seus direitos de participação. Veja, por exemplo, o acordo que foi feito para aprovação do texto na Comissão de Sistematização. Foi feito um acordo entre lideranças, mas foram lavrados inúmeros protestos de constituintes que não tiveram acesso à mesa de negociação para colocação de seus pontos de vista. Um acordo tem que ser obtido e a melhor forma é a opção política. Não há nenhum ponto inegociável. Inclusive no que diz respeito ao problema do parlamentarismo, que é uma expressão de vontade da grande maioria des-



Artur da Távola propõe um plano de 4 pontos para agilizar os trabalhos da Constituinte. Entre eles, a retirada das questões polêmicas, para serem decididas pelo voto, em plenário

ta Constituinte e do povo brasileiro.

Sobre o substitutivo, concordo inteiramente: acho que deve haver substitutivo integral. Creio que o Regimento deve ser modificado nesse sentido, para facultar a possibilidade de apresentação de substitutivo integral. Inclusive, isso nem carece de explicação, porque é matéria usual: qualquer matéria constitucional pode receber substitutivo. Acho que, se alguém tem que explicar, é explicar o contrário: por que não pode haver substitutivo integral e por que o relator tem o privilégio de apresentar um substitutivo integral e os outros constituintes não têm esse mesmo direito? O relator é o delegado para a apresentação de um texto integral, mas as responsabilidades são iguais, perante a

nacionalidade e perante o povo que escolheu os constituintes.

Luiz Inácio Lula da Silva — Com relação à questão da apresentação do substitutivo, queria lhes dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos uma reunião marcada para o dia 22, na qual vamos discutir isso, porque o PT tem um projeto de constituição e gostaríamos de apresentá-lo como substitutivo. Acho que um dos erros desta Constituinte é o fato de que o PMDB, que defende uma Constituinte há vinte anos, não preparou um projeto de Constituição, e então cada um chega aqui falando uma linguagem. O PFL apresentou-o quando já estava aqui dentro, e outros partidos políticos apresentaram propostas — alguns mais, outros menos. Um projeto como esse demanda meses e meses de discussão, com coisas extraordinárias, com coisas avançadas e menos avançadas, mas é um comportamento que o partido tem e que gostaria de ver discutido. Do contrário, terei que destrinchar 276 artigos em emendas, e isso não irá parar nunca mais. O Dr. Ulysses Guimarães não exerce o papel de interlocutor do maior partido que temos neste país. É um homem que não conversa, é um homem que tem dificuldades para conversar, é um homem que não é chegado a sentar numa mesa e dizer: "Vamos tentar conversar". Ele conversa com as pessoas em que confia, na casa dele — e assim não se faz política a vida inteira. Mário Covas também não é interlocutor, porque Mário Covas compete com Carlos Sant'Anna, compete com Luiz Henrique. De quem Marco Maciel tenta ser interlocutor, se quer fazer um acordo político e não conversou com o maior partido que temos na Casa, que é o PMDB? Fazer acordo com o PC do B e com o PT é brincadeira. Vamos pegar as regras do jogo estabelecidas pelo Artur da Távola, o que é um bom início, é uma boa demarcação de campo, e vamos ver se conseguimos avançar ou não. Os partidos vão ter um papel importante, e é nesse momento dos partidos que os companheiros do PC do B, os companheiros do PT, os companheiros do PMDB e todos os demais vão ter que designar alguém para dizer: "vamos acertar, a partir de agora". Acredito nisso, embora cada um vá para lá tentando tirar o máximo possível; mas acho que cada um de nós sabe que essa bola só tem lógica se for para jogar muita gente; se for para jogar um só, ela já está avacalhada no começo.

Siqueira Campos — Não tem jeito de ser diferente, porque, se nós não chegarmos a esse entendimento e a esse objetivo, estaremos jogando na crise, alimentando-a, estaremos desestabilizando o parlamento e as instituições, estaremos partindo para o caos. A Democracia Cristã é favorável à apresentação livre, sem limites, de substitutivos, quer sejam de títulos, de capítulos, de todo o projeto de Constituição. Também é favorável a que se respeite a manifestação do plenário, através das emendas, a manifestação do relator, no acolhimento, ou não, das emendas que desejar, para que faça o seu substitutivo. Devemos reunir-nos para chegar a esse acordo a esse entendimento. Todas as posições já são conhecidas.

Siga a bússola da Constituição

1º TURNO DO PROJETO CONSTITUCIONAL FLUXOGRAMA PLENÁRIO E COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO



A etapa inicial do projeto constitucional, em seu primeiro turno, foi cumprida na semana passada. O anteprojeto foi submetido inicialmente, com os seus 501 artigos, ao plenário da Comissão de Sistematização. Esse anteprojeto antes de ser convertido em projeto foi votado dentro da Comissão, que aprovou o texto final com uma pequena redução no número total de artigos, agora fixado em 496, de acordo com o texto final elaborado pelo Relator Bernardo Cabral. Está encerrada, dessa forma, a primeira participação da Comissão de Sistematização no esforço de elaboração da nova Constituição. Os parlamentares dessa Comissão somente voltarão a se reunir para apreciar o projeto, com as novas emendas recebidas, no dia 24 de agosto.

O Relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, teve menos de dois dias para a elaboração do texto final do anteprojeto. Afinal, no prazo regimental de dois dias, o projeto constitucional já deveria estar sendo distribuído entre os parlamentares através dos avulsos impressos no Centro Gráfico do Senado Federal e posteriormente colocados na Seção de Avulsos da Assembléia Nacional Constituinte. No dia 14 também estava iniciando a contagem do prazo regimental de 40 dias para a discussão do projeto e apresentação de emendas, tanto de origem popular como de parlamentares. A publicação e distribuição de avulsos, com o texto do projeto constitucional, imprimiu também um ritmo diferente aos trabalhos da Constituinte com o aumento do horário destinado, nas sessões, às discussões de propostas de manutenção ou alteração do texto.

A partir dessa data, teve início o prazo para apresentação de emendas de plenário, de origem popular e das discussões do projeto apresentado pela Comissão de Sistematização. A organização das sessões também foi modificada. Os debates nessa fase não são organizados por temas e cada constituinte pode fazer uso da palavra por 20 minutos para discutir matéria constitucional, além do período específico para breves comunicações e para comunicações de liderança. Serão ao todo 22 sessões ordinárias com duração de 4 horas cada uma, além de 18 sessões extraordinárias. O momento de maior polêmica, entretanto, deve ficar por conta do período reservado para discussão do projeto de constituição. Tanto assim que as sessões extraordinárias estão integralmente dedicadas a essa discussão que envolverá no máximo 18 constituintes por sessão.

Esse dia marca o final do prazo de apresentação de emendas não apenas de constituintes ao projeto da Comissão de Sistematização, como também as de origem popular. Essas emendas, a esta altura, já terão sido encaminhadas ao Relator Bernardo Cabral, que estará, inclusive, trabalhando no texto do substitutivo que será apresentado à Comissão de Sistematização. As emendas populares, para merecerem a apreciação do constituinte Bernardo Cabral, deverão obedecer a alguns critérios básicos. Os principais pontos são o mínimo de assinaturas de trinta mil, entre brasileiros que tenham direito a voto. Sendo necessária também a indicação do nome completo, do endereço e de todos os dados do título eleitoral dos assinantes. O Relator Bernardo Cabral deverá ter muito trabalho nessa etapa. Estão sendo esperadas entre trinta e quarenta mil emendas populares e de parlamentares.

O projeto da Comissão de Sistematização será objeto de discussão ainda pela prazo de dez dias após o dia final de apresentação das emendas populares e de constituintes. Com o fim da discussão, entretanto, tem início a quinta fase trajetória do projeto constitucional. Até essa data, mesmo sem novas emendas, os constituintes defendenderão seus pontos de vista representados na Comissão de Sistematização por suas propostas. Apesar do grande número de emendas que estão sendo esperadas na etapa anterior, cada constituinte vai defender proposições que não substituam integralmente o texto do projeto ou que não digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração relativamente a um dispositivo envolva a necessidade de se alterarem outros.

Um dia após o término do prazo para discussão do projeto constitucional em plenário, tem início uma nova fase de trabalho dentro da Comissão de Sistematização. As emendas, bem como o próprio projeto constitucional, retornam à Sistematização, onde serão apreciadas pelos 93 parlamentares integrantes da Comissão. Esta será uma fase de muito trabalho, com a análise aproximada de trinta mil emendas, para um prazo muito curto de 25 dias, até o dia 17 de setembro. Será igualmente um trabalho de habilidade política, onde os parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização vão procurar conciliar as diversas reivindicações e posições manifestadas pelos demais constituintes, isso sem falar nas manifestações de origem popular. Uma produção cuidadosa que vai delinear os contornos da nova Constituição.

O primeiro turno de tramitação do projeto constitucional avança mais uma etapa nesta data. Dez dias após o Dia da Independência e vinte e cinco depois do início dos trabalhos de apreciação das emendas populares e de constituintes será encerrado o processo de votação das principais modificações no texto do projeto constitucional original dentro da Comissão de Sistematização. Cada modificação ou manutenção do texto do projeto foi objeto de um longo debate dentro da Comissão e uma proposta somente será considerada vitoriosa se conseguir obter a maioria dos votos dos parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização. Em números redondos isso quer dizer que uma proposição antes de integrar o texto do substitutivo, deverá merecer o voto favorável de pelo menos 47 dos 93 constituintes da Comissão.

Com o final da votação e a conseqüente alteração do texto, o projeto constitucional levará dois dias para ser apresentado aos demais parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte. Neste curto espaço de tempo, o projeto receberá uma nova redação, dada pelo Relator Bernardo Cabral antes de ser enviado ao Centro Gráfico do Senado, onde serão confeccionados os avulsos. A partir deste dia, portanto, a Comissão de Sistematização apresentará um substitutivo que responderá aos anseios de muitos parlamentares e de muitas emendas populares, sempre tendo em vista responder às necessidades da sociedade e da conciliação, segundo acredita o Relator da Comissão, o constituinte Bernardo Cabral. Com a cópia do substitutivo na mão, os parlamentares e os assinantes das emendas populares verificarão se suas reivindicações foram atendidas.

Seguindo ainda o fluxograma determinado pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, chegamos à etapa final do primeiro turno do projeto constitucional. Após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do substitutivo tem início a fase de votação em primeiro turno pelo plenário. Esse será um momento de articulação política muito intenso. Afinal, para que se introduza qualquer modificação no texto do substitutivo, serão necessários os votos de pelos menos 280 constituintes. Nesta etapa não existe uma duração máxima prefixada. Como ocorreu nas anteriores. O prazo será determinado pelo entendimento entre os parlamentares. As fases seguintes dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte ainda não têm data prevista, mas após a aprovação de alterações ou do substitutivo na íntegra, terá início o segundo turno.

O projeto de Constituição entrou, semana passada, em seu primeiro turno. Após a votação do anteprojeto e a distribuição dos avulsos do projeto aprovado na Comissão de Sistematização, os próximos 25 dias serão reservados para a discussão do novo texto e também será o momento da apresentação das emendas, tanto de origem popular como de todos os Constituintes.

Para que uma emenda de origem popular seja apreciada pela Comissão de Sistematização, ela deverá ter o mínimo de trinta mil assinaturas.

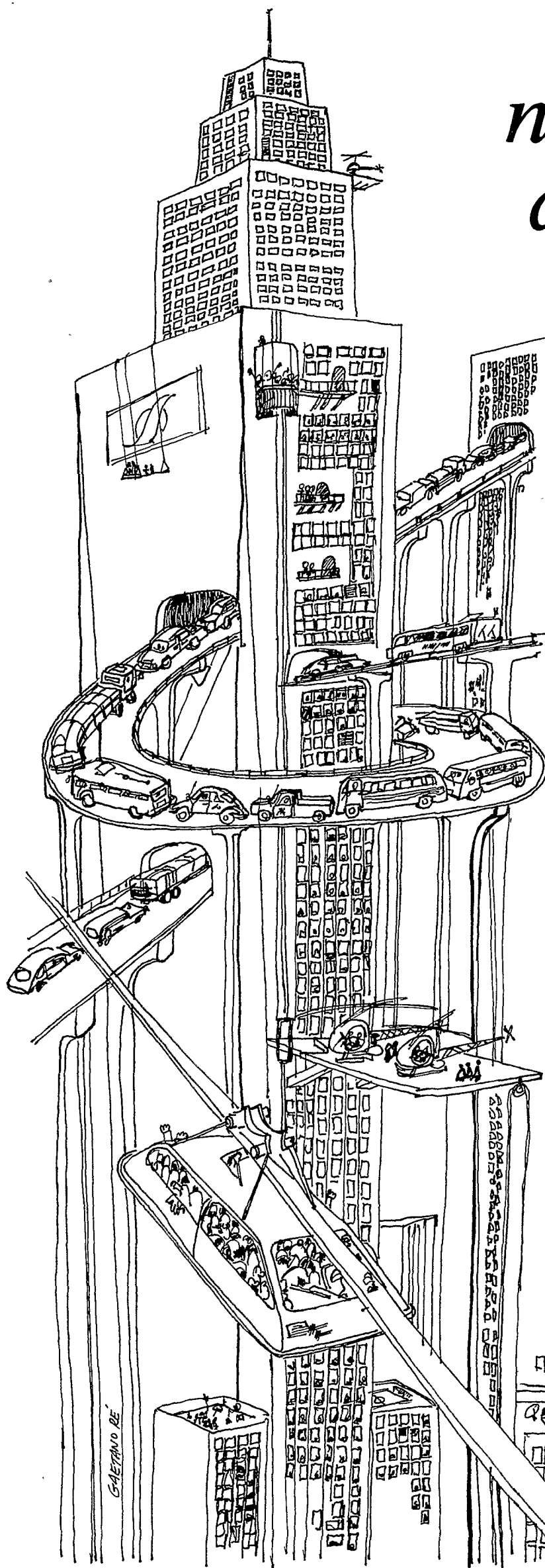
Nesta lista, além do nome legível e do endereço do assinante, deverá constar dados do título de eleitor. Tudo legível. Emendas populares de todo País começaram a chegar, semana passada, à Constituinte, e o número total de propostas, contando com as procedentes de parlamentares, hoje estimado é de algo em torno de trinta mil. Um trabalho que vai exigir muito dos integrantes da Comissão de Sistematização. Afinal, eles terão somente vinte e cinco dias para apresentar um substitutivo que volta a plenário. Esta votação não tem prazo para terminar. Tudo depende de um entendimento.

Dentro de 30 anos, 90% da população brasileira estará morando nas cidades.

Isto quer dizer que no ano 2020, de 240 milhões de habitantes do país, 216 milhões serão cidadãos urbanos. Com relação ao ano de 1980, haverá uma diferença de 132 milhões de pessoas que se mudaram do campo para a cidade e, nessa condição, precisando de moradia, transporte, saúde, educação, trabalho e lazer, para ficarmos só nas necessidades mais elementares.

A dimensão do problema pode ser aquilatada a partir dos seguintes dados: o Governo ainda não conseguiu "acomodar" nos principais grandes centros urbanos os remanescentes 72 milhões que, até 1980, tinham abandonado a zona rural, em demanda do asfalto.

Acrescentem-se a esses mais 132 milhões, no decorrer de 30 anos, disputando casa, comida, mercado de trabalho, escola, hospital, água potável, energia elétrica. Significa, em linguagem clara, que é preciso construir uma Grande São Paulo a cada triênio. "E isto é impossível", diz Vera França e Leite, arquiteta, professora da PUC — Goiânia, e assessora política na Câmara dos Deputados. "Se não colocarmos a questão em termos de Projeto Nacional, nós teremos, para nossas cidades, como melhor hipótese, uma Calcutá (onde a miséria se reflete nas milhares de pessoas dormindo nas ruas) e, na pior, uma Beirute", alerta o constituinte Severo Gomes, ex-ministro de Estado, relator da Comissão da Ordem Econômica.



Um projeto nacional para drama urbano

Uma consciência nacional do problema, em primeiro lugar, e a implantação de um projeto nacional que promova, de fato, o equilíbrio não só entre as diferentes regiões do país e entre as economias do campo e da cidade, mas entre as camadas populacionais dentro de um mesmo contexto urbano, sintetizam o pensamento do constituinte Severo Gomes (PMDB — SP) com relação à questão urbana.

Para o relator da Comissão da Ordem Econômica, cujo bem fundamentado substitutivo não teve chance de ser votado, a questão urbana no Brasil tem sido marcada pelo desequilíbrio do desenvolvimento econômico inter-regiões, do campo em confronto com a cidade e pelo crescimento populacional muito grande. Daí por que medidas isoladas, ou esta ou aquela reforma, não vão resolver o problema. A saída terá de ser abrangente, planejada e executada a nível nacional, levando-se em conta todos os fatores condicionantes do tipo e do comportamento da sociedade brasileira. O Projeto Nacional, defendido por Severo Gomes, deverá contemplar com investimentos as regiões de maior densidade demográfica e as mais empobrecidas, a fim de que seja estabelecida a harmonia dentro do país.

A Constituinte não vai, em princípio, equacionar o problema urbano no Brasil. Mas poderá fazer algo tão importante quanto inadiável: colocar a questão urbana como tema político fundamental. Do contrário — diz Severo Gomes —, não falta muito, nós teremos para as nossas grandes cidades, como melhor hipótese, uma Calcutá, e, como pior, uma Beirute.

PARTICIPAÇÃO

A participação popular no exercício do poder municipal caracterizou o capítulo da questão urbana e do transporte no substitutivo elaborado pelo constituinte Severo Gomes na Comissão da Ordem Econômica. Nele está expresso que a população do município, através de manifestação de, pelo menos, 5% de seu eleitorado, poderá ter a iniciativa de projetos de lei de interesse específico do bairro ou da cidade a que pertencem.

O drama vivido pelas grandes cidades não é um caso de polícia e nem de Exército. A solução está ligada intimamente à ordem econômica e a um projeto de nação.

ça. A participação popular assegurada através das ações públicas, promovidas pelas Executivas e Legislativas locais, pelas comissões municipais de urbanismo, pelos conselhos comunitários e pelo plebiscito.

No tocante à moradia dentro do contexto do desenvolvimento urbano, de forma articulada com os aspectos urbanos, Severo defende o dever do Estado de assegurar ao cidadão o direito à moradia digna, incluindo a uma moradia com condições de intimidade e segurança. É preciso esclarecer que a moradia não se refere apenas à habitação, à defesa dos saldos e invasões domésticas, principalmente, à cidadania de estar morando, vai continuar morando, ninguém vai colocá-lo na rua por prestações ou alugueiros, seja por força de comendadas, de que talvez não use neste país. O interessante é que o relator defende a política da casa própria, mais do que a política de aluguel justo. Isto está explícito no parágrafo 2º do seu substitutivo: "à habitação não pressupõe a propriedade, devendo o Estado promover programas populares de habitação". No substitutivo de José (PMDB — MG), aprovada a comissão, o dever do Estado de mover aquelas condições de vida foi retirado. Aliás,



Vera França e Leite: questão prioritária

Medidas isoladas não vão resolver o problema. É preciso adotar soluções abrangentes, bem planejadas e executadas a nível nacional.

LEGALIDADE E REALIDADE



Senador Severo Gomes: só a nível nacional

dor, já que as condições de vida se deterioram a cada momento. O campo fica em abandono e não se moderniza à altura das nossas necessidades, e as reformas de base tardam em concretizar-se. "Há uma crescente perda da qualidade de vida nas cidades — aponta Vera — nos últimos 40, 50 anos, em todos os setores. Tanto para o rico como para o pobre, a situação piorou". Em seguida, cita números sobre os quais aconselha se faça uma profunda reflexão: em 1940, o Brasil tinha 40 milhões de habitantes, dos quais 12 milhões na cidade. Quarenta anos depois, isto é, em 1980, quando a nossa população somava 120 milhões, éramos 84 milhões nas cidades. De 30% de cidadãos urbanos, em 1940, passou-se a 70% em 1980, significando que mais 72 milhões de brasileiros deixaram a zona rural e foram para as cidades. A continuar nesse ritmo, chegaremos ao ano 2020 — apenas 30 anos na frente — com 240 milhões de habitantes, dos quais 216 milhões morando nas cidades. Com relação a 1980, serão mais 132 milhões de pessoas que abandonam o campo em busca da urbe.

Segundo Vera, que integra a diretoria do Conselho do IAB, a cidade funciona como pólo que atrai as populações interioranas. Some-se a isso a falta de condições no campo e teremos, sem dúvida, as cidades gigantescas, com seus fantásticos problemas. Daí por que, a seu ver, a questão urbana não poderá nunca ser resolvida em termos de uma cidade, desta ou daquela, porque, se otimizar as condições de vida de uma cidade, todo mundo quer ir para lá e, a partir daí, a qualidade de vida decresce, cai, e começa todo o círculo vicioso. A questão urbana tem de ser articulada a nível nacional; ela é envolvente, abrangente e única. É um verdadeiro desafio nacional, que merece a atenção da inteligência e da criatividade do povo brasileiro. "Sua solução está intimamente ligada à ordem econômica, a um projeto de nação. Problemas como o do transporte coletivo, do saneamento básico etc., vistos isoladamente, não têm muita razão de ser; o que existe é a dimensão urbana do problema social. A questão urbana é uma questão nacional no âmbito sócio-econômico. Não é caso de polícia, muito menos de Exército. O debate em torno dela extrapola o âmbito das autoridades do Estado e mesmo o dos técnicos em planejamento, e esta discussão vem-se ampliando dia a dia, envolvendo os mais amplos setores que compõem a sociedade brasileira."

Depois de abordar o problema dos movimentos sociais urbanos, Vera França e Leite conclui: "Ao estudarmos a estruturação, ou mesmo a reestruturação dos núcleos urbanos, à luz das mudanças político-sociais que se vêm operando na sociedade (mudanças essas que, dentre outras, se expressam pela reorganização da sociedade civil brasileira, fruto do movimento de resistência ao autoritarismo), observa-se que vem surgindo nas populações urbanas a consciência do direito de reivindicar melhorias na qualidade de vida, abrangendo a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, bem como as condições dos serviços de transportes coletivos, da infra-estrutura urbana, da habitação e da saúde".

Maria Valdira

mento, que, na ocasião, foi classificado por Severo Gomes como um "besteirol", se opõe, em sua totalidade, às idéias do relator, inclusive quando privatiza o transporte coletivo e nega a participação comunitária na gestão do município.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática da cidade, por meio de mecanismos de participação, constitui o prisma essencial, através do qual o constituinte Roberto Freire (PCB — PE) vê, na questão urbana do Brasil, uma possibilidade de solução. Segundo ele, o conceito de propriedade vem, antes de tudo, como fundamental, desde que se coloque o interesse social acima do interesse privado. É dele também a afirmação de que a Constituinte deverá instrumentalizar o Estado brasileiro para enfrentar a questão urbana que, a cada dia, se apresenta mais séria, caso elabore um texto constitucional moderno, progressista, à altura da realidade não só brasileira, mas do mundo que a cerca.

Estudioso da questão, Roberto Freire foi o constituinte que mais apresentou emendas sobre o assunto, desde os primeiros momentos da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, até agora, na Comissão de Sistematização. Preocupado com o problema, ele declarou: "Da maneira que 72% de brasileiros vivem, hoje, em cidades, o Estado deve estar instrumentado, através da Constituição, a enfrentar o grande desafio que o processo de urbanização consubstancia e consubstanciará nas

próximas décadas. Assim como a questão agrária, a questão urbana tem que ser tratada no texto constitucional como um assunto merecedor de capítulo correspondente à gravidade e importância do problema".

SENTIDO SOCIAL

Roberto Freire dá o seu conceito de propriedade: "No nosso entender, o que vem caracterizar o novo conceito de propriedade é o reconhecimento de que o contexto em que se encontra é mais amplo do que o mero interesse privado de seu titular. O interesse social deve ter prioridade sobre o interesse privado, possuindo, ainda, o solo urbano, visto como um bem de produção, um valor instrumental, cuja importância é definida pela capacidade de se edificar sobre ele e, portanto, criar riqueza". Para o representante pernambucano, caso não constem artigos na Constituição que regulem claramente o regime de propriedade imobiliária urbana, o uso da terra urbana como um bem coletivo e a gestão democrática da cidade, por meio de mecanismos de participação, as cidades brasileiras e os cidadãos urbanos continuarão a conviver, de forma cada vez mais presente, com os conflitos de rua, as invasões de terrenos e de conjuntos habitacionais e a multiplicação de moradores ao relento, sem qualquer possibilidade de coibir tal comportamento, diante da escala e velocidade do fenômeno. Roberto Freire, que, até extinguir-se o prazo para emendas na Comissão de Sistematização, apresentou cerca de 20 (algumas

delas de mérito das questões) sobre a questão urbana, assegura que voltará a lutar, em plenário, pela aprovação de seus pontos de vista, que, coincidentemente, são defendidos por uma considerável parcela da Assembléia Nacional Constituinte, mas que foram, em parte, eliminados do texto aprovado dos anteprojetos, tanto das subcomissões como das comissões temáticas.

DESAFIO NACIONAL

"A questão urbana é uma questão de desafio nacional", declara Vera França e Leite, arquiteta e professora, com mestrado em Planejamento Urbano, pela Universidade de Brasília. Envolvida com a matéria desde 1963, quando o IAB promoveu um congresso no Quitandinha, Estado do Rio, a que compareceram representantes das áreas ligadas ao planejamento (inclusive o ex-deputado Almino Afonso), Vera França e Leite tem uma preocupação muito grande com o encaminhamento do

Cabe à Constituinte dar ao Estado os instrumentos essenciais e eficazes para o enfrentamento da questão urbana, que é a cada dia mais grave.

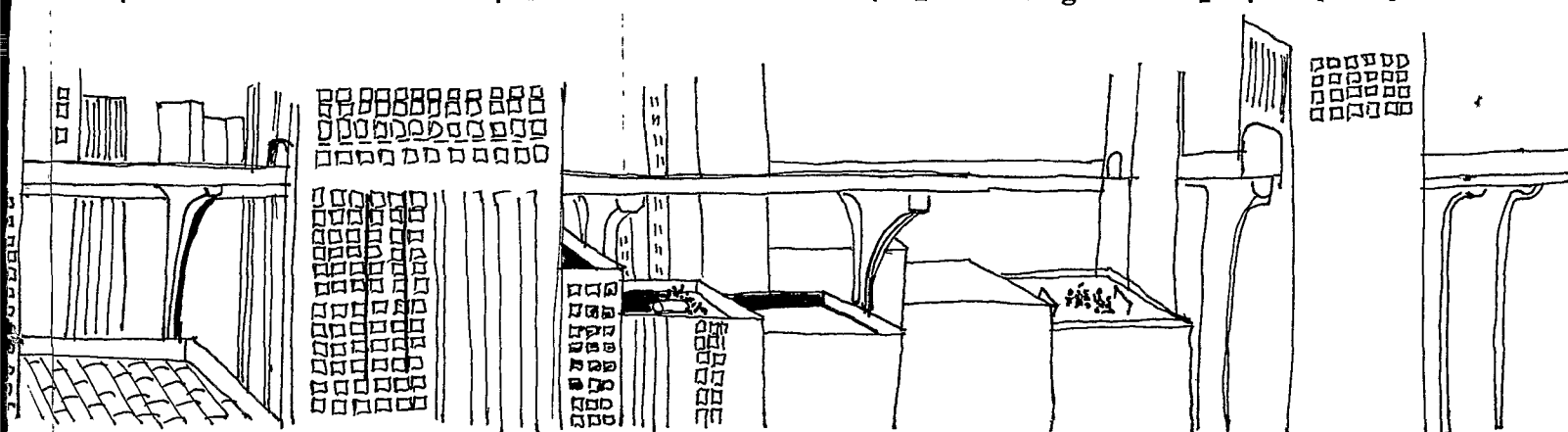
problema. É que, segundo confessou, as autoridades, os políticos em geral e até mesmo a Constituinte têm demonstrado pouco interesse pelo assunto, parecendo, muitas vezes, que não estão muito conscientes da gravidade da situação.

Até o momento, pelo menos legalmente falando, quase nada foi feito nesse terreno. "O que existem são leis factuais, que funcionam como paliativos ou minimizam os problemas, mas não os resolvem", observa ela, ao mostrar que, por exemplo, na Constituição vigente, não há absolutamente nada sobre a questão urbana. "Aliás, a Constituição em vigor só menciona a palavra urbano uma vez, e isto para designar um tipo de tributo, que é o IPTU".

Mas há expectativas, como a de um projeto de lei tramitando no Congresso desde 1983, o 775/83, que, diante do que temos, pode ser considerado um grande avanço. Ele trata da propriedade urbana, da gestão democrática da cidade e do uso do solo urbano. Outro passo nessa caminhada, que pode ser posto na conta dos avanços, foi a criação, em 1985, do Ministério do Desenvolvimento Urbano, não obstante os obstáculos e dificuldades encontrados, uma vez que, na correlação de forças atuais, é tido como um ministério menor.

QUESTÃO NACIONAL

Para a professora Vera França e Leite, o fato de termos, hoje, mais de dois terços de nossa população na cidade, não é apenas um fato preocupante, é até assusta-



559 homens e um destino: a Constituinte no plenário

Desde o último dia 15, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte é, regimentalmente, o grande fórum dos debates. Ali são discutidos todos os temas relacionados ao país que se pretende construir para o futuro. Estão sendo encaminhadas ao plenário emendas de todas as origens: apresentadas por partidos, por constituintes individual-

mente e pelo povo — as chamadas emendas populares, subscritas por pelo menos, 30 mil eleitores. Na primeira semana de discussões, grandes temas já afloraram. Entre eles, destaca-se a proposta de transformação da dívida externa brasileira em capital de risco. Por esse instrumento, empresas estrangeiras poderiam converter em investimentos no país

os nossos débitos para com instituições bancárias do exterior.

É questão controversa e premissa derrotada, preliminarmente, na Comissão de Sistematização. Outros temas importantes já são, também, discutidos pelo plenário como a remoção prévia do que se chama de “entulho autoriário”.

Em debate os riscos da dívida

O plano do governo, também chamado Plano Ethel-Murad, de internacionalização da economia brasileira, tem sido objeto de muitos pronunciamentos no plenário da Constituinte, declarando o constituinte paulista Fernando Gasparian, do PMDB, que o projeto governamental, sob a capa de um vago e hipotético desenvolvimento, entrega a economia do Brasil à sanha do capital estrangeiro.”

— Dessa maneira — diz Gasparian — não alcançaremos o verdadeiro progresso. Apenas estimularemos a especulação, a exploração dos recursos minerais, florestais e humanos, como vem ocorrendo desde o descobrimento do Brasil, comprometendo as bases para a criação de uma grande civilização nesta parte do mundo.

Para Fernando Gasparian, o verdadeiro desenvolvimento deste País só será conseguido quando os responsáveis pela condução dos negócios públicos brasileiros se conscientizarem da necessidade de se transformar os 130 milhões de brasileiros em cidadãos de primeira classe, integrados social e economicamente em um Brasil moderno e atuante no cenário internacional. Também a integração desse povo em um mercado interno, capaz de consumir alta tecnologia, é condição “sine qua non” para o desenvolvimento nacional.

Já a decisão do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, de encaminhar para deliberação do presidente da constituinte Ulysses Guimarães, algo já decidido pela Comissão: o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB — RJ), que veda a conversão da dívida externa em capital de empresas estrangeiras, foi considerada pelo constituinte Luiz Alfredo Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, como um ato absurdo.

— Não tem nenhum sentido a deliberação de Arinos — diz Luiz Salomão. Querem criar agora o tapetão, para ver se por aí equiparam neste país as subsidiárias das multinacionais às empresas nacionais, conforme o pretendido pelo projeto dado para o genro do Sr Sarney assinar.

— Isto é um projeto de ventriloquia — fala o baiano Domingos Leonelli, do PMDB. — Esse Murad é apenas o repetidor de um ventríloquo.

Com isso não concorda o paulista Ricardo Izar, do PFL.

— Não entendo — diz Izar — que queiram fechar as portas do país, na hora em que ele mais precisa de crédito e em que as nações abrem suas portas para o capital externo. Deveríamos abrir nossas portas para o mundo.

Já em sentido contrário ao do deputado pelo PFL é o da pernambucana Cristina Tavares, do PMDB.

— O PMDB — diz Cristina não tem o direito de levar o Brasil a leilão, como tem feito o Ministro Bresser Pereira. O próprio líder do governo, constituinte Carlos Sant’Anna (PMDB-BA.) está tentando reverter a decisão da Comissão de Sistematização proibindo a mudança da dívida em capital de empresas estrangeiras.

Para Cristina, não é possível que o presidente Sarney manifeste tal disposição com a possibilidade de transferir o controle das empresas estatais para o exterior a preço de quase nada.

OS EUA SE PROTEGEM

Também o constituinte baiano Celso Dourado, do PMDB, defende “um maior controle do país” sobre o capital estrangeiro aqui instalado. E explica:

— O capital estrangeiro é necessário, mas não pode ser aceito com o liberalismo defendido por alguns. Os Estados Unidos, campeões do liberalismo econômico, protegem muito bem as suas empresas de ponta, e não admitem que o controle acionário das mesmas passe para mãos estrangeiras.

No Brasil, conforme Celso Dourado, os grandes defensores do liberalismo desregrado são aqueles beneficiários do endividamento externo durante o regime autoriário.

— Esse mesmo regime que levou à marginalização e à miséria 70 milhões de brasileiros. Esse liberalismo, a meu ver, não existe,



Luiz Salomão



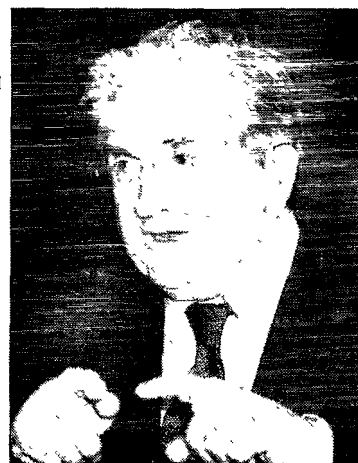
Nelson Friedrich



Jorge Arbage



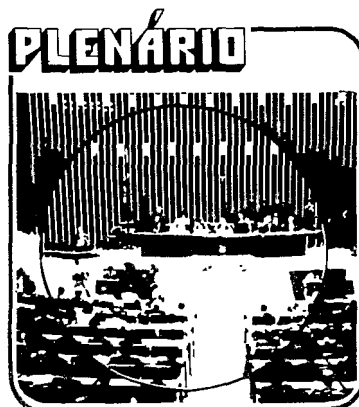
Domingos Leonelli



Fernando Gasparian



Celso Dourado



O capital estrangeiro é necessário, mas não pode ser aceito com o liberalismo defendido por alguns: o liberalismo desregrado dos beneficiários do endividamento externo

exceto onde se juntam a desonestidade interna e externa para garantir privilégios, seja de grupos, seja do capital internacional.

O QUE É PRECISO

Inconformada com a crise é a constituinte Lúcia Braga, do PFL da Paraíba, segundo a qual nosso déficit habitacional situa-se em torno de 10 milhões de unidades, significando que mais de 30% de nossa população encontra-se ao desabrigo.

Lúcia diz o que é preciso:

— Que a reforma do projeto de Constituição seja repensada a nível das aspirações dos sem-terra. É preciso uma reforma tributária coerente com as necessidades dos estados menos favorecidos. É preciso uma reforma urbana que venha ao encontro da realidade das áreas de pobreza absoluta dos grandes centros. É preciso, enfim, maior sensibilidade do governo para com os problemas sociais mais urgentes deste país, entre os quais se destaca, sem dúvida, o da moradia.

— Ora — diz o paraense Nelson Friedrich (PMDB) — o próprio presidente José Sarney vem defendendo sistemas entreguistas, como o da Coreia, da Singapura e da Ilha de Formosa. É o modelo que ele quer para o Brasil. Dessa forma, prefiro ficar nos palanques a abraçar um governo que assume tais propostas e volta a aplicar a

Lei de Segurança Nacional contra adversários políticos.

— Somos vítimas — diz por sua vez o constituinte paraense Sérgio Spada, do PMDB —, juntamente com centenas de países pobres, de um processo espoliativo com caráter de neocolonialismo, pelo qual jamais as nações a ele submetida conseguirão se libertar pela crescente adição, ao principal, das taxas e juros adicionais que flutuam, sempre para o alto, segundo as conveniências dos países credores.

Mas não é por aí que quer o constituinte pernambucano José Tinoco, do PFL. Ele quer a negociação política, que pressupõe, conforme diz, a fixação de alguns objetivos comuns, aceitáveis por todos os interessados.

— Um acordo político — diz Tinoco — pode e deve ser feito, fundamentalmente, em relação à Constituinte em primeiro lugar; e em segundo lugar, na busca de um entendimento que vise a preservar as conquistas já feitas, e evitar que retrocedamos.

Também o constituinte Jorge Arbage, do PDS do Pará, quer entendimento.

— Só assim — diz Arbage — poderemos iniciar o diálogo na busca do entendimento para a formação de um pacto social e político que ecumenize as forças vivas na luta pela solução dos problemas básicos que nos afligem.

Na discussão, novas idéias ao projeto

A discussão do anteprojeto da Comissão de Sistematização foi aberta no plenário da Constituinte, e Antônio Câmara, do PMDB do Rio Grande do Norte, defendeu emenda de sua autoria dispondo que, decorridos 12 meses da promulgação da Constituição, será aprovada lei que fixe as diretrizes da política mineral brasileira.

— Esta, afirma Antônio Câmara, é uma oportunidade imperdível de inserir na Carta Magna a exigência de serem submetidos à apreciação do Congresso os princípios da política de um setor vital para o desenvolvimento do país, como é o caso da mineração.

O constituinte rio-grandense-do-norte fez ver que sua proposta visa a ampliar e a garantir efetivamente o exercício da soberania nacional sobre os recursos do subsolo e a participação da sociedade no usufruto dos benefícios que são capazes de gerar.

O orador diz que se impõe para o setor um uso racional, dentro de modelos socialmente desejáveis, sendo preocupante a participação nacional na exploração de minérios de apenas 31%, isto enquanto é cada vez maior a transferência de benefícios para a exploração por empresas estrangeiras, especialmente nos setores de minério de ferro e alumínio.

— Mas o mais sério, diz Antônio Câmara, é a falta de racionalidade no aproveitamento dos recursos minerais, o que faz com que o Brasil continue dependente em larga escala de alguns minerais estratégicos. Daí nosso apelo por uma imediata formulação de política para o setor, com o envolvimento do Congresso Nacional em todas as discussões sobre a questão mineral.

Nesse sentido, o orador defende uma maior participação da empresa privada nacional, “que atualmente detém apenas 6% da exploração mineral”.

REJEIÇÃO

“Matemos o monstro”, disse o constituinte José Mendonça de Moraes (PMDB — MG) ao defender a rejeição completa do projeto de Constituição, para que seja substituído por outro, a ser elaborado pelo relator Bernardo Cabral de modo o mais sintético possível.

O parlamentar criticou o grande número de artigos, 496, existente no projeto, salientando que não há necessidade de a Constituição chegar a minúcias que deveriam ser tratadas através da legislação ordinária. José Mendonça de Moraes ainda considerou a proposta muito contraditória, chamando a atenção para o fato de que alguns artigos apresentam disposições virtualmente opostas no conteúdo. Citou como exemplo o art. 12, que concebe a igualdade entre homem e mulher, e o art. 88, que determina aposentadorias em diferentes condições, dependendo

do sexo.

José Mendonça de Moraes atribuiu à “fraqueza do Regimento Interno da Constituinte” o fato de o projeto constitucional se apresentar cheio de falhas. No seu entendimento, os prazos foram exigidos e as votações feitas com rapidez para atender às imposições regimentais de tempo. O parlamentar também culpou a ação de grupos que definiu como “progressistas só de rótulo”.

Segundo ele, “a Constituinte tem a obrigação de trabalhar com garra, com o intuito de transformar o monstro, ou seja, o projeto constitucional, numa Constituição, a exemplo dos países desenvolvidos, objetiva e sintética e que expresse a vontade do povo brasileiro”. Pela definição usada pelo parlamentar, elaborar uma obra que seja fruto da vontade expressa de toda a população.

TERRA

O constituinte João Menezes, do PFL do Pará, considera importante a questão da terra, a da estabilidade no emprego, a das anistias civil e militar, bem como a das greves e dos sindicatos, e julga incompleto o tratamento até agora dispensado à terra.

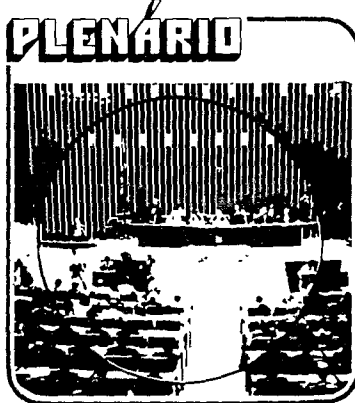
— Somos favoráveis à reforma agrária — diz Menezes — não somente como meio de conceder terras aos trabalhadores, mas, principalmente, como propiciadora ao trabalhador rural de insumos e formas de manter e aumentar a produtividade da terra. É necessário que a Constituição promova a elaboração de um Código Rural que estabeleça parâmetros, sem os quais a reforma agrária não contribuirá para a justiça social. Sem esse Código Rural, onde estariam previstas as normas de uso e ocupação do solo, bem como os níveis de assistência técnica e financeira ao produtor, as famílias contempladas com a reforma agrária seriam obrigadas, em pouco tempo, a vender as suas propriedades por absoluta falta de condições de trabalhá-la.

ANISTIA

João Menezes, quanto à anistia,



Antônio Câmara



afirmou que não poderá permitir que um funcionário demitido por justa causa faça uso do argumento político para voltar à sua antiga função. E quanto aos militares, a volta com direito a uma patente superior provocará uma situação de conflito dentro das Forças Armadas.

— A anistia, que deve ser um instrumento de pacificação, transformar-se-ia em elemento de discordância entre militares.

Estabilidade no emprego: “É importante, contra o fantasma do desemprego”. Mas condena medidas populistas: “Apenas representam posições isoladas e não se adequam em sistema de defesa do desempregado”.

Greves: “A greve não é como ao tempo de João Goulart, que era de sindicatos. Hoje a greve tem sentido revolucionário.”

CALENDÁRIO

O constituinte Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, quer a formulação de calendário ou cronograma para a discussão dos temas apresentados no anteprojeto da Constituição.

Ele entende que uma constituição só será forte se o povo acompanhar a sua elaboração. Seu raciocínio é o de que não há ninguém que esteja disposto a ouvir discursos e mais discursos sem que antes saiba os temas a serem abordados.

Para o representante paulista, o sistema atual de discussão dilui o debate, daí a necessidade de uma formulação, para a qual pleiteia uma definição da Mesa.

TRABALHADORES

Já o constituinte Mário Maia, do PDT do Acre, entende ser chegada a hora, com a Constituinte, de projetar um novo quadro, onde estejam configuradas de maneira mais justa as relações entre o capital e o trabalho.

Segundo ele, os trabalhadores foram vítimas da política econômica imposta à Nação pelos governos militares e também pelos governantes da chamada Nova República.



Plínio Arruda

O plenário é o país

Plenário (Do lat. tardio plenariu). Adj. Pleno, completo. 2. Qualquer assembleia ou tribunal que reúne em sessão todos (ou quase todos) os seus membros; pleno.

Pleno. (Do lat. plenu). Adj. 1. Cheio, repleto. 2. Completo, inteiro, absoluto, cabal. (Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.)

Pois bem. O destino da futura Constituição está confiada ao plenário. Presume-se, pelo texto acima, que todos, ou quase todos os seus membros, que são 559, produzam algo inteiro, absoluto, cabal. Ou, em outra hipótese, repleto, cheio.

Não importa. O sentido do plenário é o da participação de todos. Não é à toa que, antecedendo a formação dessa Assembleia Constituinte, se concebeu uma idéia de plenário — o lugar onde 559 pessoas, homens e mulheres, representariam os anseios de todos — ou quase todos — os brasileiros.

Evidentemente, uma análise histórica ou sociológica das representações políticas brasileiras poderia, em parte, desautorizar o conceito de pleno, no sentido de que, no todo da Assembleia, estaria representado o todo da sociedade brasileira. Isso não é verdade. O formato do plenário é o formato da sociedade de hoje, com as contradições nela presentes: existe enorme disparidade de renda, o que equivale dizer grande concentração de riqueza. O acesso à educação e à saúde é, no mínimo, seletivo, e isso influi na formação da representatividade, a nível de votar e ser votado. Existem constituintes eleitos por grupos menores, mas fortes em algum sentido. Outros eleitos por grupos grandes, fortes num sentido e fracos em outro. Existem, ainda, constituintes eleitos quase isoladamente pelo trabalho que fizeram — e fazem — em benefício de suas comunidades. São interesses de todos os matizes: de financistas, de proprietários de terras, de trabalhadores rurais e urbanos, de nacionalistas sinceros, de xenóforos, de pessoas que acreditam na internacionalização do país como principal via para o desenvolvimento. Há quem brigue contra discriminações de raça, de sexo. Há quem lute pela prevalência da cultura herdada da Europa ou da surgida da construção da brasilidade. Tem de tudo. Está cheio, está repleto, é pleno, é completo, é o plenário. Tudo o que se discutiu em subcomissões, comissões, tudo o que se sistematizou deságua agora, inevitavelmente, no plenário. Como a maior parte dos constituintes concorda em que, para reger o funcionamento do plenário se optou por um instrumento democrático, essa é a hora em que todos podem — e devem — se manifestar. Qualquer constituinte que tenha se sentido marginalizado nas fases anteriores tem, agora, a oportunidade de opinar. Se não pela palavra, que o tem-

po não é infinito, pelo voto. A consciência do voto deve ser plena, absoluta, como só pode acontecer em um plenário.

Quem discorda de lideranças, pode se deslizar. Quem com elas concorda, que as siga. Se o projeto de Constituição até aqui construído não satisfaz à própria Constituinte e à sociedade, o plenário pode rever tudo. O plenário deve se conscientizar da sua plenitude, pois, se de uma forma ou de outra, é formado por 559 cidadãos escolhidos para elaborar a lei maior do país, deve cumprir essa tarefa sem receio de estar ferindo o povo, ou anseios de parte do grande plenário que é o país. Prevalecerá a decisão da maioria, em todos os temas. Se, em um ou outro caso, esta maioria representar apenas números — e não interesses de parcelas majoritárias do povo — é porque, neste plenário, não havia, então, o país ideal. O país ideal não existe, pode ser imaginado ou concebido pelo plenário do país real de hoje.

Em termos práticos, foi saudável que nada tenha sido pré-definido, com arcabouço completo, antes de chegar ao plenário. Mesmo que se perca tempo com adequações, com supressões, com adiões, ganhar-se-á muito tempo na história permitindo-se que o debate flua sem amarras, que se discuta à exaustão, que se vote e revote, mas que, enfim, se tenha uma decisão próxima do pleno, decidida pelo plenário.

Do constituinte que não tem qualquer espaço na grande imprensa até as grandes estrelas da política, todos devem ter espaço no plenário. Os segundos constroem este espaço há muito tempo; os primeiros devem brigar por ele.

— O plenário é o que de mais próximo temos da democracia neste instante da vida nacional. Se ameaçado, deve reagir, pois representa, neste instante, o Brasil inteiro. Ninguém paira sobre o que é pleno, ninguém pode pretender dominar o absoluto.

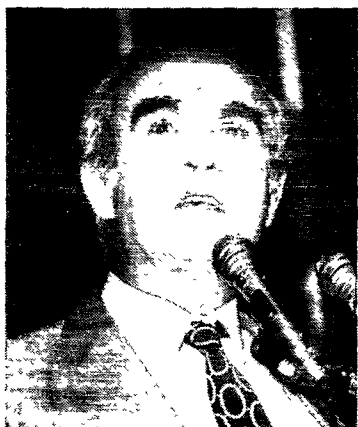
Mais pleno e absoluto que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, somente o povo brasileiro, que o elegu. Se o povo, ao final de tudo, estiver de acordo com o plenário, a Constituição será uma peça inteira, cabal.

Neste instante, o plenário é o raio X do país. É o país só mudará a partir das decisões desse plenário.

Ronaldo Paixão
Secretário de Redação



Maurílio F. Lima



Adroaldo Streck



Adilson Motta



Sérgio Spada



Ademir Andrade

Constituintes repelem pressões

A convenção do PMDB foi objeto de muita expectativa e pronunciamentos, nos dias que a precederam no plenário da Constituinte, inclusive por parte de representantes de outros partidos, como é o caso do Constituinte gaúcho Adilson Motta, do PDS.

— O PMDB — diz Adilson Motta — está sonhando as diretas. E quanto a mim, anuncio: sou por diretas no prazo mais exíguo possível.

O representante gaúcho declara que o PMDB cometeu um equívoco quando determinou que a convenção do partido deveria decidir soberanamente sobre aquele tema, o que, no entender do orador, não procede, porque a duração do mandato presidencial deve ser discutida e votada em plenário

e por todos os partidos, por ser um tema que interessa a toda a Nação e vai decidir o futuro do País.

MENOS A HONRA...

Disposto a votar pelos quatro anos, o pernambucano Maurílio Ferreira Lima, do PMDB, recordou pronunciamento do saudoso Deputado Djalma Marinho, quando resistia à pressão do governo Costa e Silva pela cassação do mandato do então Deputado Márcio Moreira Alves, por crime de delito de opinião no uso da tribuna parlamentar. E dizia Djalma: "Ao rei tudo, menos a honra".

Maurílio denunciava as pressões que dizia estarem sendo feitas pelos Estados contra os do PMDB: ou vota pelos cinco anos,

ou perde os cargos. Diz que indicara duas pessoas para ocupar postos, no começo da Nova República.

— Mas se o Presidente da República quiser demiti-los, que demita. Votarei pelos quatro anos.



CAOS

Já o gaúcho Adroaldo Streck, do PDT, entendeu que o Governador do Paraná, Alvaro Dias, do PMDB, cometera um desatino ao criticar os que defendem eleições diretas para presidente da República.

— É descabido acusar os defensores de eleições diretas como pretendentes ao caos no país, da mesma forma como é absurdo tentar confundir o governo com a Constituinte. A Constituinte nada tem a ver com o desgoverno que se implantou no País. O Governador do Paraná pode estar querendo abrir precedentes para dizer que as eleições diretas são perigosas, o que é descabido, pois 90% dos brasileiros reclamam o direito de votar para presidente da República. Na verdade, o que o gover-

nador quer é impedir a convocação de eleições.

O paranaense Sérgio Spada, do PMDB, entende, por sua vez, que neste instante o PMDB não pode se eximir de resgatar os compromissos solenes assumidos publicamente perante a Nação. Tadeu quer, por exemplo, o empenho de seu partido no sentido de investigar a dívida externa em todas as suas implicações e envoltórios, até às últimas consequências.

Já o paraense Ademir Andrade, também do PMDB, deu conhecimento ao Plenário de moção que iria apresentar perante a convenção do PMDB, no sentido de que seu partido se afaste do governo Sarney, dissociando-se dele, "visto que sua ação hoje nada se iguala aos compromissos anteriores assumidos".

Constituintes reagem contra o uso da LSN

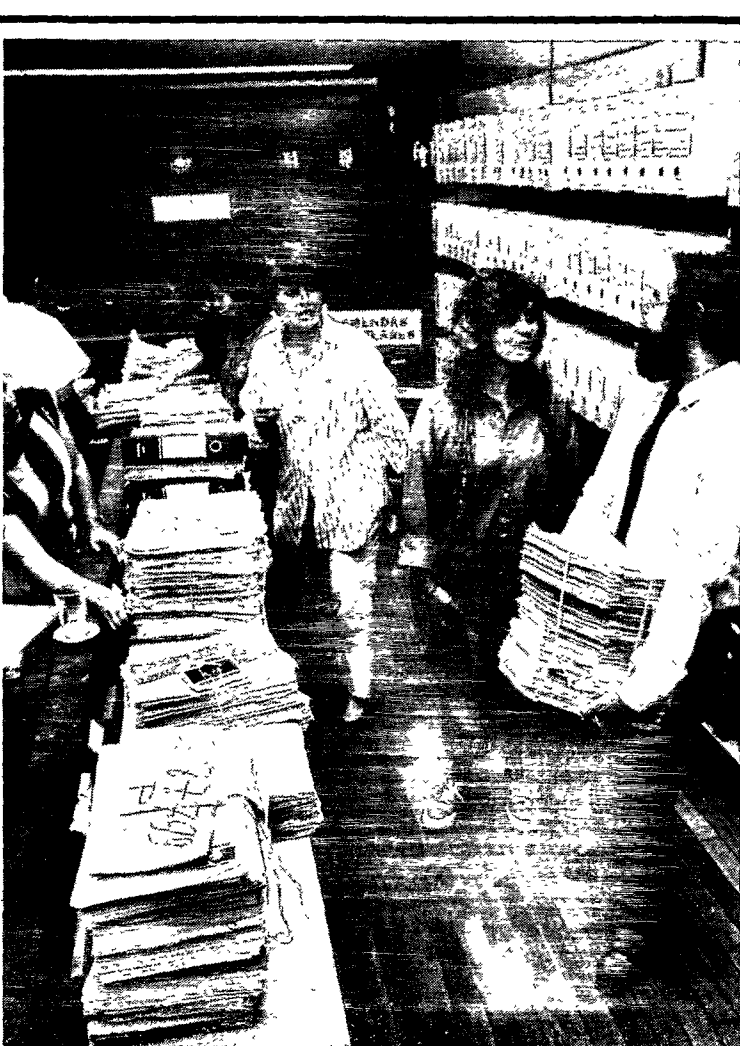
Assunto também debatido durante a semana no plenário da Constituinte, a determinação do Ministro Paulo Brossard de enquadrar na Lei de Segurança Nacional líderes que participaram de comícios por eleições diretas foi criticada por representantes de vários partidos.

Anna Maria Rattes, do PMDB do Rio de Janeiro, lamentou a iniciativa, chegando mesmo a apelar ao Presidente Ulysses Guimarães no sentido de interferir para liberar os presos do Rio de Janeiro.

Já o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT, procurou demonstrar não terem sido apenas os oradores que ofenderam o Presidente Sarney durante o comício de São Paulo, "mas as 50 ou 60 mil pessoas que compareceram à Praça da Sé".

Beth Azize, do PSB do Amazonas, estendendo sua preocupação a acontecimentos observados em outras capitais, pediu a revogação pura e simples da Lei de Segurança Nacional, "para redimir a Nova República de todo o infortúnio que vem causando ao País e ao povo".

E Adhemar de Barros Filho (PDT — SP) anunciou que o líder de seu partido, Brandão Monteiro (RJ), concluiu projeto revogando a LSN.



Emenda popular com dois milhões de assinaturas defende a criança

Dois milhões em defesa das crianças

"Toda criança tem direito à vida, a um nome, a uma família, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia, à alimentação, à segurança social e afetiva." Nessa redação sucinta e objetiva, temos uma das primeiras emendas populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, o que, segundo estava previsto, ocorre até o dia 13 de agosto.

No ofício recebido pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o coordenador da Comissão Estadual Criança e Constituinte/Goiás, Osvaldo Guimarães, diz que "queremos expressar a nossa esperança de que a Constituinte elabore uma Constituição que venha atender tantos aos anseios dos vários segmentos da comunidade quanto às necessidades da Nação".

De acordo com o documento, as reivindicações representam a sólida vontade nacional, e espera que a nova Constituição contemple os direitos da criança brasileira, garantindo-lhe as necessárias condições de desenvolvimento, "iniciando-se aí o alicer-

ce para a construção de uma sociedade livre, fraterna e soberana". Esta emenda é respaldada por cerca de dois milhões de assinaturas.

CENSURA

A outra emenda popular já apresentada, com o apoio de 30 mil pessoas, reivindica seja incluída na Constituição "texto vedando a censura ou supressão, total ou parcial, a toda e qualquer manifestação cultural ou artística". A emenda foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas de São Paulo.

Ambas as emendas não terão tramitação legal porque não preenchem os requisitos regimentais, conforme definiu o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos. A primeira é subscrita por crianças, e a segunda, por apenas uma entidade. Entretanto, servirão como subsídio. A maior parte das emendas populares, organizadas pelos sindicatos e associações de moradores, deverá ser entregue, conjuntamente, no dia 12 de agosto.

Projeto de decisão depende de Ulysses

Caberá ao Presidente Ulysses Guimarães a decisão de mandar ou não à apreciação do Plenário da Assembléia dois projetos de decisão que centralizaram as atenções da Comissão de Sistematização na última semana. O primeiro, de iniciativa de Paulo Ramos (PMDB — RJ), proíbe, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional; o segundo, de autoria de Iram Saraiva (PMDB — GO), torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte. Naquela comissão, a proibição da conversão da dívida foi aprovada por 42 votos a 6, e uma abstenção, constituindo-se o primeiro projeto de decisão a ser ali acolhido.

Para Paulo Ramos, o anunciado propósito de transformar a dívida em capital de risco, especialmente mediante a aquisição, por parte dos credores internacionais, de ações das mais importantes empresas nacionais, constitui ameaça às decisões soberanas da Constituinte, pois esta ainda vai deliberar sobre questões que envolvem tal assunto. Se a conversão se concretizar, antes disto, inúteis e frustradas serão quaisquer decisões da Assembléia, através da futura Constituição, que definam posições em sentido contrário.

Já Iram Saraiva quer não só ampliar a divulgação dos trabalhos da Constituinte como tornar transparente a posição dos constituintes em relação aos grandes temas nacionais, o que, a seu ver, se atingiria através da transmissão direta das votações que se vão ferir no plenário.

Ambos os projetos receberam parecer contrário de Bernardo Cabral (PMDB — AM), relator da Comissão de Sistematização. No tocante à conversão da dívida, ele argumentou que há notí-

cias, porém não há nenhuma medida, no âmbito do Executivo, que a Assembléia devesse sobrepor. E, se houvesse, só depois de conhecer sua extensão e alcance poderia a Assembléia avaliar se a medida constituiria ameaça às suas decisões soberanas. Quanto à transmissão das votações, Cabral considerou válida qualquer iniciativa para dar maior divulgação às atividades da Constituinte, porém sustentou que projeto de decisão não é o meio próprio regimental para esse objetivo. Sugeriu, por isso, que a proposta seja remetida ao Presidente da Constituinte para que ela seja transformada em projeto de alteração do Regimento Interno.

REVIRAVOLTA

De acordo com o regimento, o projeto sobre a dívida iria tranquilamente a plenário, onde seria aprovado se obtivesse a maioria absoluta de votos em dois turnos. Entretanto, uma questão de ordem levantada na sessão seguinte à da sua apreciação, provocou uma reviravolta. O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB — BA), impugnou o resultado, alegando que, de acordo com o regimento da Comissão e da Assembléia, a Presidência da Comissão de Sistematização deveria ter considerado o projeto rejeitado e não aprovado. Isto porque, embora tivesse maior número de votos favoráveis, ele não alcançou o **quorum** de maioria absoluta dos votos requerido pelo regimento.

A agitação prontamente contestada por outros constituintes provocou sucessivas questões de ordem e discussões que consumiram todo o tempo da reunião da Comissão de Sistematização, levando o seu Presidente, Afonso Arinos (PFL — RJ), a resolver, ao final, que a melhor solução seria submeter a matéria à decisão do Presidente da Constituinte.

Contradições no parlamentarismo

O constituinte Maurílio Ferreira Lima (PMDB — PE) apontou duas contradições contidas no atual texto do projeto de Constituição: a primeira diz respeito ao sistema parlamentarista que se pretende não seja entendido aos estados e municípios, e a segunda refere-se ao fato de o Presidente da República ser eleito com 20 ou 30 milhões de votos e não poder cumprir as promessas feitas em praça pública "porque quem vai chefiar o Governo será uma pessoa — o Primeiro-Ministro — que não foi escolhido pelo povo, o que poderá gerar conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo".

Ao invés de um parlamentarismo misto, Maurílio defende o chamado presidencialismo misto, em que o poder é exercido pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional.

Mais direitos para os menores

Um apelo à Constituinte foi dirigido pelo espírito-santense Nelson Aguiar, do PMDB: mantenha, sem retoques, o texto do projeto da Comissão de Sistematização, ora em debate, no que diz respeito ao direito do menor.

— O problema do menor abandonado é o mais grave que temos neste país — diz Nelson Aguiar. — O drama de crianças indefesas, sofrendo pelas ruas, representa situação incompatível com o Brasil, que tem acumulada a oitava economia do mundo.

Isto faz concluir, no entender do orador, que a questão não se resume à falta de recursos, mas à necessidade de o menor ser contemplado, na nova Constituição, como sujeito de direito.



Os Constituintes Afonso Arinos, Mário Covas, Nelson Carneiro e Fernando Henrique Cardoso discutem o Acordo que permitiu a aprovação do projeto de Constituição

Líderes aprovam projeto de Carta

Ao aprovar o projeto de Constituição — 76 votos a 15 — a Comissão de Sistematização propiciou o primeiro acordo das lideranças partidárias em torno da Constituição, sendo que o PTB foi o único partido que não endossou o entendimento, já que o seu líder, constitui Gastone Righi (SP), insistiu na votação de destaques e emendas.

Como o projeto da Comissão só poderia contemplar as emendas de adequação, devido a limitações estabelecidas pelo Regimento da Constituinte, as lideranças pretenderam, através do acordo, não retardar o debate constitucional. Assim, o projeto será discutido em plenário, sendo consideradas todas as emendas não incorporadas ao seu texto, qualquer que haja sido o fundamento da exclusão — parecer contrário ou qualificação como matéria de mérito.

Para o constituinte Fernando Henrique Cardoso (PMDB — SP), "ao acolhermos o relatório apresentado pelo relator Bernardo Cabral, que introduz cerca de 300 modificações em seu próprio texto, damos como bom o trabalho de adequação feito. Levando em conta, ainda mais, que os limites entre o que seja emenda relativa à adequação formal e o que seja emenda relativa ao mérito são frequentemente tênues e objeto de interpretação — portanto, contém algo de subjetivo, a medida a ser tomada é enviar o conjunto das emendas, tenham elas sido classificadas como de mérito ou de forma, sem entrarmos na discussão, para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte".

Disse também Fernando Henrique Cardoso que, aprovado o acordo, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, aceitará todas as emendas, que terão de ser renumeradas e adequadas ao texto novo do projeto. Assim, elas terão seu curso normal no decorrer dos próximos 30 dias e serão objeto de consideração, nova-

mente, pela Comissão de Sistematização, quando as emendas vindas do plenário serão discutidas em face do relatório de Bernardo Cabral, para tomar-se uma posição definitiva sobre se vão ser aceitas ou não.

O constituinte Alceni Guerra (PR) comunicou estar o PFL de acordo com o proposto por Fernando Henrique Cardoso. Pelo Partido Liberal, o constituinte Adolfo Oliveira (RJ) destacou que o acordo nasceu de entendimentos amplos entre todas as correntes partidárias. "Ressalvado sempre o direito individual de cada constituinte oferecer sua contribuição fora do acordo." Em nome do PT, o constituinte Plínio Arruda Sampaio (SP) manifestou sua concordância com o acordo, lembrando que "todas as emendas de mérito poderão ser renovadas na fase seguinte, com vistas a um processo mais econômico, mais rápido e racional". Também se pronunciaram favoravelmente ao acordo, como líderes de seus partidos, os constituintes Jamil Haddad (PSB — RJ), Mauro Borges (PDC — GO), Haroldo Lima (PC do B — BA), Roberto Freire (PCB — PE) e Brandão Monteiro (PDT — RJ).

Ao explicar o voto contrário do PTB em relação ao acordo, o constituinte Gastone Righi disse que "vamos votar um projeto sem discussão, sem encaminhamento de votação, a partir de um acordo que não ocorreu". Ele registrou ainda dois destaques que apresentou. O primeiro refere-se ao artigo que estabelece a proibição de incidência na folha de pagamento de qualquer tributo ou contribuição — "se aprovado, teremos extintas no País entidades com as quais jamais poderíamos deixar de coexistir. Aponto, por exemplo, o caso das cooperativas de consumo de trabalhadores, que têm seu apoio no desconto em folha de pagamento, assim como os sindicatos e as associações de classes. O mais importante é que o Fundo de Garantia

por Tempo de Serviço estaria extinto. De igual modo, o Sesi, o Sesc e o Senac estariam extintos. Por fim, o governo inviabilizaria a arrecadação do Imposto de Renda, que não seria mais descontado na fonte.

O outro destaque de Gastone Righi trata de dispositivo que permite ao poder público intervir nos serviços de saúde e até desapropriá-los, sem qualquer indenização. Para ele, trata-se de confisco, pois os serviços de saúde "são os gabinetes dentários, os consultórios médicos, os laboratórios, as farmácias, os hospitais, os ambulatórios, as santas casas".

Righi defendeu ainda o destaque de uma emenda relativa à competência dos municípios para cobrar o Imposto Sobre Serviços.

Já o relator Bernardo Cabral argumentou que o acordo facilita os trabalhos da Comissão de Sistematização porque "visa à celeridade dos nossos trabalhos, à economia processual. E mais, demonstra a pacificação entre as lideranças credenciadas da Comissão de Sistematização e, consequentemente, na Assembléia Nacional Constituinte".

Após a aprovação do projeto, o Presidente da Comissão de Sistematização, constituinte Afonso Arinos (PFL — RJ), afirmou que "o pessimismo, as críticas, a descrença, até mesmo a agressividade que às vezes se manifestam contra os trabalhos da Constituinte são inteiramente improcedentes; infundados para quem deles aqui toma conhecimento. O que a Presidência lamenta é que não haja conhecimento suficiente da opinião nacional acerca do que existe de positivo neste trabalho, que se realize em termos sem precedentes na história constitucional do Brasil". E elogiou os constituintes, por estarem fazendo "um trabalho sem precedentes, estão planejando e construindo uma obra ao mesmo tempo, concomitantemente, juntamente".

Terra e casa para todos

Srs. Constituintes,
Mesmo sabendo que as questões mais profundas não serão resolvidas com a simples elaboração de nova Carta constitucional, dois assuntos não poderão deixar de constar da futura Constituição: a reforma agrária, garantindo posse de terra aos milhões de irmãos que dela necessitam para viver e trabalhar, e a reforma urbana, assegurando o direito de morar, com decência, a outros tantos milhões de trabalhadores a quem o insequente modelo econômico atraiu para os grandes centros.

Vereador Erazé Martinho
Jundiá — SP

Número de filhos

Srs. Constituintes,
Controle da natalidade. Na minha opinião, todo casal deveria ter no máximo três filhos, este é o número ideal para se educar bem e dar o mínimo que um ser humano precisa. As pessoas de baixa renda, principalmente, têm no mínimo cinco filhos, sendo que os pais geralmente não têm condições de criar nem dois. (...)

Nazly Wim Maldonado
Limeira — SP

Nação dependente

Srs. Constituintes,
Nós brasileiros sabemos que somente a Constituinte não solucionará a crise brasileira. Entretanto, é um passo muito importante para a afirmação das instituições civis da Nação brasileira. A nossa crise só será solucionada quando ficarmos independentes do FMI. Enquanto isso não acontece somos uma nação dependente. (...)

Francisco de Paula Pinto
Tenente Ananias — RN

Trabalho para os presos

Srs. Constituintes,
Todo criminoso que cometer crime que venha a prejudicar uma família deverá, além de pagar com a liberdade, pagar também com o trabalho, indenizando a quem de direito. Para isso seria necessária a criação de presídios agrícolas e de presídios-oficinas, onde os presos trabalhariam e também estudariam.

Nelson Jorge de Castro
São Paulo — SP

Proteção à Amazônia

Srs. Constituintes,
Por favor, protejam a Amazônia e os pantanais. Que se plantem dez árvores para cada uma derrubada. Que se ponham na cadeia os caçadores e os passarinhos.

Paulo Roberto da Silva
Uberaba — MG

Capital estrangeiro

Srs. Constituintes,
O Governo tem que suspender a entrada de capital estrangeiro para investimentos no Brasil. O Governo deve continuar o programa para irrigar o Nordeste. É óti-

ESCREVA A SUA CARTA

meu nome da Dezembro de 1986

Ex. ma Srs. Constituintes.
Eu me chamo Evandro Augusto Fomho
13 anos e estudo na escola E. Q. P. G.
De Oscar Rodrigues Alves de Magi Merim
Op aposentados devem per tratados
com muito respeito pois eles já
trabalharam muito para grandiza do
nosso país.

Esta página é destinada a você, leitor.

Escrevendo, você manda sugestões para os Constituintes.

A idéia é participar sempre mais.

ma esta iniciativa, esse Governo foi o único que se interessou pelo assunto. Ele também deve ajudar ainda mais as cooperativas. Os sindicatos dos trabalhadores não deverão ser esquecidos, como ocorreu na ditadura militar. O Governo terá que incentivar as empresas estatais e privadas a exportarem mais mercadorias para o pagamento da dívida.

Celso Elisio Frouner
Rodeio — SC

Pavimentação das ruas

Srs. Constituintes,
Sobre a pavimentação das ruas, eu acho que tem muita rua asfaltada onde não há casas, apenas terrenos baldios, onde o mato é alto, sendo que nas ruas onde há mais casas, o asfalto nem sonha em passar por lá. (...) E sobre os menores abandonados, peço que olhem também para esse lado e procurem uma solução.

Patrícia das Virtudes
Uberaba — MG

Acesso à terra

Srs. Constituintes,
Estou bastante otimista com a nova Constituinte. Espero que o homem do campo tenha acesso à terra e que os segurados pelo Funrural sejam tratados humanamente. Sou favorável à pena de morte para assaltantes e terroristas. Acho também que o Fundo de Participação dos Municípios deve ser acompanhado de um plano.

Floro Batista Alves
Santa Luz — PI

Mais escolas, menos prisões

Srs. Constituintes,
Geralmente existe a preocupação de se criar novos presídios; eu não concordo e acho que se deveriam construir novas escolas profissionalizantes, ao invés de gastar o nosso dinheiro dando conforto a bandidos. (...) Aposentadoria às mulheres com 25 anos de serviços e redução do seu horário de trabalho de oito para seis horas (...)

Cléa Cândido Portela
Guarujá — SP

Aposentadoria e insalubridade

Srs. Constituintes,
A extensão rural, à semelhança do magistério, voltada para o trabalho educativo e missionário, constantemente envolvida com produtores de baixa renda, sujeita às doenças e contaminações diversas (lepra, doença de Chagas, brucelose, tuberculose etc. defensivos agrícolas), merece tratamento semelhante quanto ao tempo de serviço para a aposentadoria e ainda adicional de insalubridade. (...)

João Batista Pereira
Teixeira — MG

Redução da maioridade

Srs. Constituintes,
Proibição de publicidade sobre cigarros e seus similares, bebidas alcoólicas de qualquer espécie, remédios, fortificantes e vitaminas, através da imprensa falada e televisada. Para fins de crime previsto nos Código Penal e de Processo Penal Militar, reduzir a maioridade para 15 anos. (...)

Douglas Campos da Silveira
Brasília — DF

Educação religiosa

Srs. Constituintes,
Que a educação religiosa seja mantida na nova Constituição brasileira e garantida pelo Estado em todas as escolas como parte integrante do sistema de ensino, respeitada a pluralidade religiosa do povo brasileiro.

Gilberto Alexandre Schulz
Paranavaí — PR

Trabalho para presidiários

Srs. Constituintes,
Todos os presidiários deveriam sair dos presídios, que são uma mordomia, e ir plantar para que

a nossa agricultura possa crescer cada vez mais. O Governo cuidaria desse problema colocando o Exército para cuidar dos presidiários.

Valdomiro de Paiva
Guarulhos — SP

Caderneta sanitária

Srs. Constituintes,
Toda criança ao nascer terá uma caderneta sanitária até seu falecimento. Nessa caderneta será historiada do nascimento ao falecimento a sua vida sanitária, o que será uma imprescindível ajuda ao controle rígido de sua saúde. A implantação teria ainda a finalidade de não permitir que brasileiros nasçam e faleçam sem certidão de nascimento. Cadeia para todos que cometam ilícitos. Para o indivíduo, mais sábio, inteligente, com ensino superior, a pena deve ser mais rigorosa, por ser um indivíduo com mais conhecimento de causa.

Alberto Pedrosa do Prado
Matias Barbosa — MG

Melhoria do ensino

Srs. Constituintes,
A minha sugestão é que o Governo melhore o ensino brasileiro. O aluno entraria às 8 horas e sairia às 17 horas. Mas, para isso, os colégios teriam que ter condições, como quadra para esportes, apoio psicológico. (...) e melhorar os salários dos professores. (...)

Maria Godoy Leite
Maringá — PR

Segurança pública

Srs. Constituintes,
Desejo que seja criado um Ministério destinado à Segurança Pública e que a nova Constituição assegure maior liberdade às Polícias Militares no que se refere a manutenção da ordem pública. (...) Que seja tratada de maneira distinta da Polícia Civil, colocando-a especificamente como força e reserva do Exército. A Polícia Civil somente para tratar da parte judiciária. (...)

Odaí dos Santos Ferreira

São Luís — MA

Alcoolismo

Srs. Constituintes,
Atuando em muitos casos como destruidor de milhares de lares, o alcoolismo amedronta e põe em risco a vida de cidadãos brasileiros. Analisando o problema sob o aspecto médico, o alcoolismo não só prejudica o ser viciado, mas compromete a saúde das gerações por ele produzidas. No aspecto social, temos o álcool como ingrediente forte e capaz de tornar pobre de caráter e personalidade um indivíduo que, por diversas razões (ociosidade, problemas financeiros, etc.), passa a ser escravo do vício. Bebidas alcoólicas são encontradas facilmente à disposição de toda e qualquer pessoa, nas prateleiras de bares, restaurantes etc., a qualquer hora do dia ou da noite. Seria louvável se contássemos com uma legislação que regulasse o uso indiscriminado de

bebidas alcoólicas em nosso País. Vale a pena tentar.

Antônio Carneiro de Paiva Jr.
João Pessoa — PB

Pena de morte

Srs. Constituintes,
Segurança. Punição de morte para os casos absurdos como tráfico de drogas, estupro, homicídio, violência etc. Aumentando assim a segurança, tirando o medo das ruas. Aumentar a construção de escolas.

Nobenjochi Nakamura Jr.
Santos — SP

Igualdade de fato

Srs. Constituintes,
Em primeiro lugar, gostaria que a Constituinte fosse elaborada sem a costureira corrupção. (...) Que se veja mais o povo e, em prol dele, seja elaborada uma verdadeira lei em que na verdade todos sejam iguais. Os meus pedidos não são tão específicos, mas tenho uma grande vontade de ver o meu povo e o meu País limpos. (...)

Katia Pessoa
Recife — PE

Discriminação em concursos

Srs. Constituintes,
Gostaria que um dos pontos a ser discutido na Constituinte fosse a limitação de idade nos concursos públicos. É vergonhosa a discriminação que existe entre os brasileiros. Os funcionários públicos não têm limite para prestar concursos públicos; quanto a nós, não é preciso nem atingir os 30 para sermos considerados velhos. Será que os mais experientes são menos capazes? Pensem nisto.

Maria de Fátima F. dos Santos
Belo Horizonte — MG

Polícia única

Srs. Constituintes,
A Polícia Militar deveria trocar sua denominação para: Força Pública/Força Policial e adaptar-se para executar investigações, missões cartorárias (polícia judiciária) e de carceragem. Caso venha a surgir uma polícia única (pela união das PM e das Polícias Cíveis) deveria prevalecer a estrutura militar das PM.

Paulo Roberto Aguiar Portella
Rio de Janeiro — RJ

Proibição ao desmatamento

Srs. Constituintes,
No Brasil muitas atitudes deveriam ser tomadas para mudar em muitos aspectos, para dizer-se que o Brasil realmente é um país com bases sólidas, mas, como o Brasil é um país em desenvolvimento, sempre haverá o que modificar e melhorar. Mas o que eu realmente gostaria de ver acontecendo no Brasil é a proibição do desmatamento de nossas florestas. (...)

Rosângela Seibt Carvalli
Canela — RS

Constituinte nas ondas do rádio



Redatores, repórteres, locutores e técnicos formam uma equipe bem entrosada, e acham o resultado gratificante

A Constituinte tem uma voz que repercute por todo o país, nos lugares os mais distantes, cobrindo todo o território brasileiro até onde a televisão não vai através de uma cadeia nacional de emissoras de rádio que transmite os dois programas diários de cinco minutos. Entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas. A programação é toda elaborada pela Empresa Brasileira de Notícias — EBN, em conjunto com a Secretaria de Divulgação do Senado e a Assessoria de Divulgação da Câmara.

A coordenação está a cargo das jornalistas Ana Felícia de Caracas Linhares e Beatriz de Almeida Reis, também responsáveis pela redação final.

A equipe ainda é composta por mais um técnico, Paulo Artur, e pelos locutores João Marques e Thaís Vivacqua, profissionais de grande experiência no rádio. As coordenadoras não possuem uma equipe de repórteres à disposição, sendo que o material no qual é baseado o programa provém da agência noticiosa da EBN, dos jornalistas dessa empresa que fazem a cobertura do Legislativo e do material jornalístico de divulgação oficial da Constituinte. Toda a equipe é unânime em afirmar a importância do próprio trabalho em favor da causa institucional, devido ao grande número de pessoas que ouvem o programa.

A correspondência dá conta de ouvintes do Brasil inteiro. Segundo a palavra do experimentado João Marques, que também se faz ouvir na Voz do Brasil, na parte referente ao Senado, o resultado do esforço é gratificante.

O primeiro programa foi ao ar exatamente no dia 8 de abril, transmitindo um discurso do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A partir daí, no dizer de Ana Felícia, todos os programas foram elaborados com liberdade, sem nenhum tipo de pressão, de qualquer setor. As transmissões são feitas utilizando-se a estrutura já pronta dos estúdios da Voz do Brasil, localizados no prédio do Congresso.

No entanto, A Voz da Constituinte possui uma sala onde se reúnem os profissionais e também onde são realizadas algumas das entrevistas que vão ao ar. O programa é gerado para a Embratel, que, por sua vez, o transmite para que as emissoras o gravem. Existe uma preocupação muito grande com o rigor de cumprir o tempo de cinco minutos estabelecidos, isso porque as rádios fazem a recepção do material em fitas com duração exata. A programação é feita na véspera de sua veiculação, mas para as próximas fases da Constituinte espera-se maior dinâmica, de forma a que o noticiário seja o mais atual possível e que acompanhe mais de perto o desenrolar dos fatos da Constituinte.

Ciência avança com democracia

A 39ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realizou na Universidade de Brasília, incluiu entre os numerosos temas de discussão a Constituinte. Os constituintes Florestan Fernandes (PT — SP), Gabriel Guerreiro (PMDB — PA), José Carlos Sabóia (PMDB — MA), Moema São Thiago (PDT — CE) e Otávio Elisio (PMDB — MG) participaram de mesa-redonda "Cientistas na Constituinte", coordenada pelos professores Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ) e Benício Schmidt (UnB), e com a participação ainda do reitor da UnB, Cristóvam Buarque. Eles salientaram a importância da

participação da sociedade no sentido de pressionar os constituintes em favor de uma Constituição que se aproxime dos anseios da população.

Em outro debate, sobre "Ciência e Constituinte", o economista Luciano Coutinho, do Ministério da Ciência e Tecnologia — na foto, o primeiro à direita — frisou que o avanço da ciência, pela própria natureza do seu processo de contestação contínua, só pode ser realizado num clima democrático. Participaram do debate o antropólogo Gilberto Velho, da UFRJ, e o físico Fernando Cláudio, da UFRGS, sob a coordenação do sociólogo José Albertino, da Universidade de São Carlos.



Ulysses Guimarães reúne políticos em almoço no Planalto



No exercício da Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães reuniu, em um almoço no Palácio do Planalto, as lideranças partidárias e os membros das Mesas Diretoras da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados. Segundo Ulysses, foi um encontro de amigos. Mas foram tratadas as questões mais discutidas da Constituinte. Participaram do almoço os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte, Mário Covas e José Lourenço; os líderes do PTB, Gastone Righi; do PDS, Amaral Netto; e do PDC, Mauro



Borges; e a Mesa Diretora da ANC, composta pelos constituintes Mauro Beneditos e Jorge Arbage, primeiro e segundo vice-presidentes; Marcelo Cordeiro, Mário Maia e Arnaldo Faria de Sá, primeiro, segundo e terceiros secretários; e todos os integrantes da Mesa da Câmara: Homero Santos e Paulo Mincarone, primeiro e segundo vice-presidentes; Paes de Andrade, Albérico Cordeiro, Heráclito Fortes e Cunha Bueno, os quatro secretários.

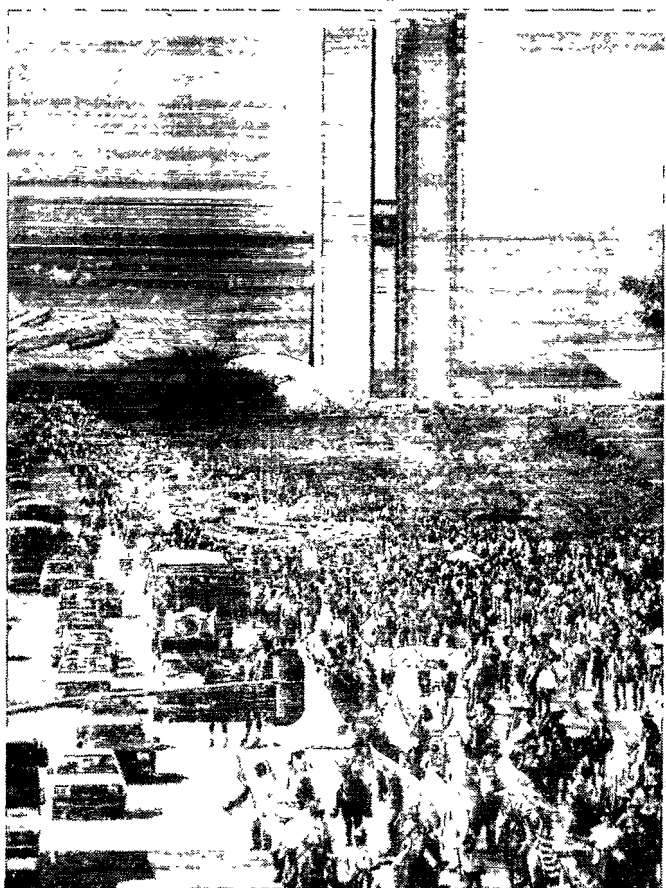


As lutas e as esperanças de cada um

À medida que a Assembléia Nacional Constituinte avança no trabalho de elaboração da futura Carta, a pressão da sociedade sobre os constituintes vai ganhando mais força e conteúdo, movimentando um número cada dia maior de entidades, associações, agremiações políticas e da comunidade em geral.

O Palácio do Congresso Nacional, cuja composição arquitetônica — o “H” e as duas conchas — parece ser o próprio símbolo do equilíbrio, tem sido

ora palco, ora pano de fundo, onde as mais diversas correntes de opinião se movimentam, num belo espetáculo que se poderia chamar de coreografia da vontade nacional. Cada parcela da sociedade comparece à Constituinte com sua mensagem, com seus sonhos e realidades, como se fosse uma grande feira de barganha política, e da qual se espera, ao final, uma proposta que atenda a todas as correntes, na medida do possível. É isso que o **Jornal da Constituinte** mostra nesta página.



CB — F. Guiberto

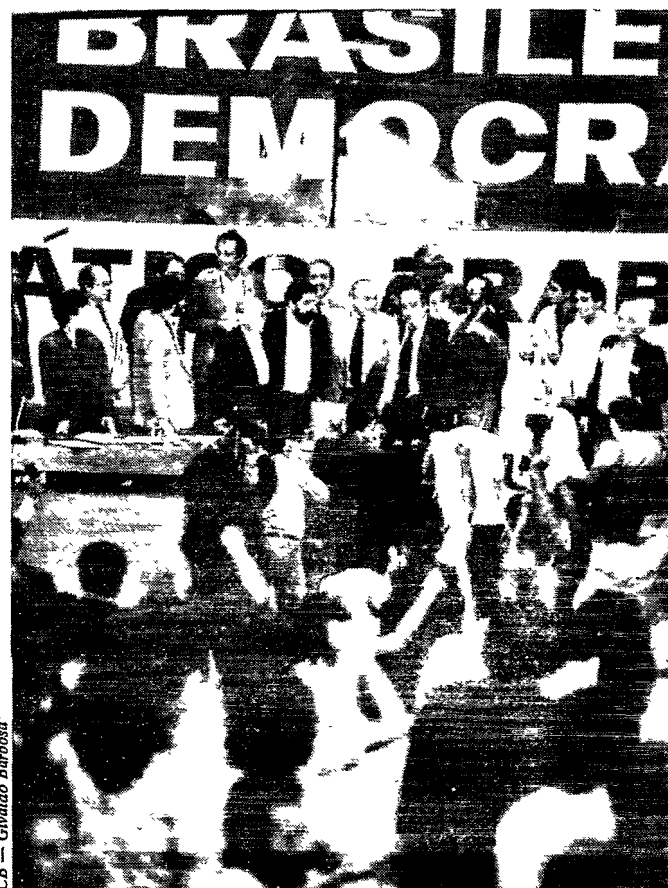
PRESSÃO DOS DOIS LADOS

De um lado, a pressão partidária: o Primeiro Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, promovido pelo PDT e realizado nas dependências da Câmara dos Deputados, tendo como tema principal “A Transição e a Constituinte”, o Congresso reuniu delegações de todos os Estados e representantes do Socialismo Internacional, além de contar com a participação de dirigentes e líderes de outros partidos, como o PSB, o PT, o PC do B e o PCB.

Os parlamentares do PDT receberam, de suas bases, propostas a serem encaminhadas à ANC e debateram questões relevantes, como o momento econômico, a luta dos trabalhadores e as eleições diretas.

O presidente do PDT, Leonel Brizola, conseguiu reunir, no seu congresso, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e Luis Carlos Prestes, ex-secretário-geral do PCB.

De outro lado, a grande marcha sobre Brasília, promovida pela União Democrática Ruralista — UDR, que mobilizou proprietários rurais de todos os pontos do País, na tentativa de fazer valer os seus pontos de vista. Para isso, a UDR colocou no Eixo Monumental, centro nervoso das decisões políticas do País, milhares de proprietários, máquinas e animais num animado desfile. Reforma agrária — essa é a principal preocupação da UDR.



CB — Givaldo Barbosa



Desporto quer amparo

O Conselho Regional de Desportos do Distrito Federal está mobilizando os desportistas para defender junto à Constituinte o amparo e o estímulo do Estado à educação física e aos desportos em geral, inclusive destinando suplementação financeira e criando benefícios fiscais. Na foto, reunião para tratar do assunto realizada

pelo CRD-DF, presidida por Hezir Espíndola Gomes Moreira, contando ainda com a presença do presidente do Conselho Nacional de Desportos, Manoel Gomes Tubino. No Conselho estão representados os esportes amador, profissional, classista, militar e escolar.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A democratização dos meios de comunicação é condição fundamental para a construção de um regime efetivamente democrático no Brasil, em que os diversos segmentos da sociedade, independentemente de suas convicções políticas, possam livremente se expressar. Queremos garantir o pluralismo e preservar a diversidade cultural. Queremos por fim à censura, inclusive aquela determinada pelos donos dos jornais, revistas, rádios e televisões. Queremos que a informação deixe de ser tratada como se fosse uma mercadoria e passe a ser encarada como um bem social. Queremos que a liberdade de expressão no Brasil não se limite à liberdade que os empresários de comunicação têm de defender seus próprios pontos de vista. Queremos garantir o amplo acesso aos veículos de comunicação e a participação direta dos setores organizados da sociedade civil na definição de uma política democrática de comunicação.

Com esses objetivos a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) com o respaldo de diversas entidades de representantes da sociedade brasileira, elaborou esta proposta para apresentar à Assembleia Nacional Constituinte.

PROPOSTA DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL

“Depois sobre o direito à Comunicação a natureza e o acesso aos veículos de comunicação, cria o Conselho Nacional de Comunicação.”

Inclui-se no texto: I — O direito à Comunicação. II — A comunicação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana e a garantia de sua utilização por uma representação do Estado. III — Todo cidadão tem direito, sem restrições de qualquer natureza, inclusive de Estado, a liberdade de opinião e expressão e ao direito à liberdade de procurar, receber, transmitir informações e ideias por quaisquer meios. IV — As entidades de comunicação de massa, sejam elas públicas ou privadas, devem assegurar a participação da sociedade civil na definição de sua política de comunicação. V — A comunicação deve estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação.

Esta proposta está sendo transmitida com as seguintes alterações: I — O uso de frequência de rádio e televisão. II — A instalação e o funcionamento de redes de transmissão de imagens. III — A instalação e o funcionamento de outros serviços de transmissão de imagens. IV — A instalação e o funcionamento de outros serviços de transmissão de imagens. V — A instalação e o funcionamento de outros serviços de transmissão de imagens.

Fenaj encaminha proposta

Utilizando o instrumento democrático criado pela Constituinte, que permite uma participação direta da sociedade na elaboração da nova Constituição, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) está colhendo assinaturas de apoio a uma sua proposta em busca da democratização dos meios de comunicação social. Diz a entidade, no preâmbulo do documento, que seu desejo é o de que a informação seja encarada como um bem social. A proposta encaminhada pela Fenaj tem o apoio da CUT, da CGT, da ANDES, da UNE e de mais 16 entidades de trabalhadores, além de vinte e seis sindicatos de jornalistas de todo o País.